



MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Superintendência Regional de Administração no Estado da Bahia  
Divisão de Recursos Logísticos  
Serviço de Suprimentos

## **EDITAL – SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**(Processo Administrativo nº 12600.100674/2022-47)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO NA BAHIA, por meio da Divisão de Recursos Logísticos, sediada na Av. Jequitaia, Ed. Sede ME/BA, 8º andar, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 26/06/2023

Horário: 10:00 hrs (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação da prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, inclusos todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet (sob demanda), para atender de forma ampla às demandas de diversas Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, nas classificações informadas no processo nº 12600.100674/2022-47, documento SEI nº 28554768.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item, considerando a vigência de 12 (doze) meses;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.27.1. por empresas brasileiras;

7.27.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e

trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

**9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|         |   |
|---------|---|
| LG<br>= | $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ |
| SG<br>= | $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$  |
| LC<br>= | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$   |

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 %(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1. Apresentação do extrato ou íntegra do contrato de concessão ou termo de permissão ou

autorização, ou documento equivalente, acompanhado das alterações subsequentes, da ANATEL para operar o Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade abrangida nos grupos.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e, decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.2. O representante legal do adjudicatário deverá providenciar cadastro de usuário externo no SEI - Sistema Eletrônico de Informações, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "*Clique aqui se você ainda não está cadastrado*" na página de Acesso Externo do link a seguir: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>

15.2.3. Caso o representante legal do adjudicatário não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, deverá providenciar para que seja possível realizar a assinatura do Contrato.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20.1.6. não manter a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br](mailto:pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Jequitaia, s/n - Bairro Comércio - Salvador/BA - Ed. Sede ME/BA, seção Protocolo.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução

ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Av. Jequitiaia, s/n - Bairro Comércio - Salvador/BA - Ed. Sede MGI/BA - 8º andar, nos dias úteis, no horário das 08:30 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3. ANEXO III – Modelo de Planilha de Preços e Formação de Custos\*;

22.12.4. ANEXO IV - Planilha de Minutagem\*.

22.12.5. ANEXO V - Planilha de Locais de Execução dos Serviços\*.

\*Os Anexo III, IV e V serão disponibilizados em formato *excel* junto à publicação do Edital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados sem mão de obra  
Atualização: Fevereiro/2022

---

**Referência:** Processo nº 12600.100674/2022-47.

SEI nº 34406380



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA

PREGÃO Nº 09/2023

(Processo Administrativo nº 12600.100674/2022-47)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação conjunta da prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, incluso todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet(sob demanda), para atender de forma ampla às demandas de diversas Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela - Composição do objeto

| Grupo | Órgão  | Cidades   | Item | Descrição do Serviço   | Unidade de Medida | Quant. Mensal | Quant. Anual | Média do Valor Unitário | Valor Mensal  | Valor Anual    | Valor Total Mensal | Valor Total Anual |
|-------|--------|---|------|--|-------------------|---------------|--------------|-------------------------|---------------|----------------|--------------------|-------------------|
| 1     | GRA/MT | CÁCERES, BARRA DO GARÇAS, RONDONÓPOLIS, SINOP                                     | 1    | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura        | 10            | 120          | R\$96,0800              | R\$960,8000   | R\$11.529,6000 | R\$977,00          | R\$11.724,00      |
|       |        |   | 2    | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto            | 5             | 60           | R\$3,2400               | R\$16,2000    | R\$194,4000    |                    |                   |
| -     | SRA/RS | PORTO ALEGRE, BAGÉ, BENTO GONÇALVES, LAJEADO, SANTANA DO LIVRAMENTO, SANTO ANGÊLO | 3    | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura        | 33            | 396          | R\$96,0800              | R\$3.170,6400 | R\$38.047,6800 | R\$3.170,64        | R\$38.047,68      |

|   |         |  |    |  |            |      |     |            |               |                |             |              |
|---|---------|--|----|--|------------|------|-----|------------|---------------|----------------|-------------|--------------|
| 2 | SRA/AL  | PALMEIRA DOS ÍNDIOS; SÃO MIGUEL; CAMPOS; DELMIRO; GOUVEIA; ARAPIRACA; UNIÃO PALMARES.  | 4  | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 5    | 60  | R\$96,0800 | R\$480,4000   | R\$5.764,8000  | R\$488,50   | R\$5.862,00  |
|   |         |  | 5  | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 2,5  | 30  | R\$3,2400  | R\$8,1000     | R\$97,2000     |             |              |
| 3 | SRTb/RO | ARIQUEMES; GUARAJÁ MIRIM; VILHENA; JI-PARANÁ   | 6  | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 4    | 48  | R\$96,0800 | R\$384,3200   | R\$4.611,8400  | R\$424,82   | R\$5.097,84  |
|   |         |  | 7  | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 12,5 | 150 | R\$3,2400  | R\$40,5000    | R\$486,0000    |             |              |
| - | GRA/ES  | MARATAÍZES, ALEGRE, GUARAPARI  | 8  | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 3    | 36  | R\$96,0800 | R\$288,2400   | R\$3.458,8800  | R\$288,24   | R\$3.458,88  |
| 4 | SRA/CE  | SOBRAL; ARACATI; IGUATU; ITAPIPOCA; JUAZEIRO DO NORTE; LIMOEIRO DO NORTE; MOMBAÇA; VÁRZEA ALEGRE; MUCURIPE; CAMOCIM; CANINDÉ | 9  | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 15   | 180 | R\$96,0800 | R\$1.441,2000 | R\$17.294,4000 | R\$1.457,40 | R\$17.488,80 |
|   |         |  | 10 | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 5    | 60  | R\$3,2400  | R\$16,2000    | R\$194,4000    |             |              |

|   |                     |  |    |  |            |      |      |            |               |                |             |              |
|---|---------------------|--|----|--|------------|------|------|------------|---------------|----------------|-------------|--------------|
| 5 | PFN/PE,<br>SRTb/PE  | CARUARU,<br>GARANHUNS  | 11 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 9    | 108  | R\$96,0800 | R\$864,7200   | R\$10.376,6400 | R\$1.331,28 | R\$15.975,36 |
|   |                     |  | 12 | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 144  | 1728 | R\$3,2400  | R\$466,5600   | R\$5.598,7200  |             |              |
| - | PFN/PR,<br>SRTb/PR; | GUARAPUAVA;<br>PATO BRANCO;<br>PONTA GROSSA;<br>UMUARAMA;<br>APUCARANA;<br>CAMPO MOURÃO;<br>CIANORTE;<br>CORNÉLIO PROCÓPIO;<br>FRANCISCO BELTRÃO;<br>PARANAGUÁ;<br>PARANAVAÍ; STº<br>ANTº PLATINA;<br>TOLEDO | 13 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 22   | 264  | R\$96,0800 | R\$2.113,7600 | R\$25.365,1200 | R\$2.113,76 | R\$25.365,12 |
| - | SRA/MG              | PATOS DE MINAS,<br>OURO PRETO  | 14 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 7    | 84   | R\$96,0800 | R\$672,5600   | R\$8.070,7200  | R\$672,56   | R\$8.070,72  |
| 6 | SRA/PA              | CASTANHAL,<br>ITAITUBA   | 15 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 2    | 24   | R\$96,0800 | R\$192,1600   | R\$2.305,9200  | R\$197,57   | R\$2.370,85  |
|   |                     |  | 16 | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 1,67 | 20   | R\$3,2400  | R\$5,4108     | R\$64,9300     |             |              |

|   |         |  |    |  |            |      |     |            |               |                |             |              |
|---|---------|--|----|--|------------|------|-----|------------|---------------|----------------|-------------|--------------|
| 7 | SRTb/AM | PARINTNS,<br>HUMAITA,<br>TABATINGA   | 17 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 3    | 36  | R\$96,0800 | R\$288,2400   | R\$3.458,8800  | R\$307,13   | R\$3.685,55  |
|   |         |  | 18 | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 5,83 | 70  | R\$3,2400  | R\$18,8892    | R\$226,5700    |             |              |
| 8 | SRTb/RJ | ANGRA DOS REIS;<br>SAPUCAIA;<br>TERESÓPOLIS;<br>VALENÇA;<br>ITAPERUNA; BARRA DO PIRAJÁ; MACAÉ;<br>PETRÓPOLIS;<br>VASSOURAS; VOLTA REDONDA; MIGUEL PEREIRA; SÃO PEDRO DA ALDEIA;<br>CANTAGALO; SÃO FIDÉLIS; RIO DAS OSTRAS; RESENDE;<br>CABO FRIO; RIO BONITO; TRÊS RIOS;<br>PARATY;<br>SAQUAREMA; BOM JESUS DE ITABAPOANA CAMPOS | 19 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 35   | 420 | R\$96,0800 | R\$3.362,8000 | R\$40.353,6000 | R\$3.366,04 | R\$40.392,48 |
|   |         |  | 20 | Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM)  | Minuto     | 1    | 12  | R\$3,2400  | R\$3,2400     | R\$38,8800     |             |              |
| - | SRA/BA; | BARREIRAS;<br>JUAZEIRO;<br>ALAGOINHAS; BOM JESUS DA LAPA;<br>GUANAMBI; SANTO AMARO;<br>BRUMADO; IRECÊ;<br>JEQUIÉ; PAULO AFONSO; SENHOR DO BONFIM   | 21 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 12   | 144 | R\$96,0800 | R\$1.152,9600 | R\$13.835,5200 | R\$1.152,96 | R\$13.835,52 |
| - | SRTb/RR | CARACARAÍ, BOA VISTA   | 22 | Assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo-Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo)independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato | Assinatura | 2    | 24  | R\$96,0800 | R\$192,1600   | R\$2.305,9200  | R\$192,16   | R\$2.305,92  |

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Local (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) e recebimento de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal - DDR), Telefonia Fixa (STFC), nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002. Seus padrões de desempenho e características gerais e específicas são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado e dispostas na legislação federal de telecomunicações.

1.3. Os quantitativos estimados dos grupos são os discriminados na tabela acima.

1.4. Os valores contratuais a serem pagos à contratada serão apurados mensalmente de acordo com os quantitativos efetivamente utilizados pela contratante.

1.5. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços

efetivamente executados e justifica-se pela dificuldade de definir-se, de antemão, o quantitativo exato de utilização do serviço.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Justificativa da Contratação**

2.1.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos estudos preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2. É necessário garantir a continuidade da prestação dos serviços de telefonia fixa (STFC) nas modalidades local, Ldn e Ldi atualmente em uso por todas as Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, com vistas a manter em pleno funcionamento do STFC como recurso de apoio às áreas finalísticas.

2.1.3. Atualmente as seguintes Unidades descentralizadas encontram-se sem contratos vigentes, em reconhecimento de dívida: GRA/SC; SRA/RA; GRA/AL; SRA/CE; SRA/PE e SRTB/RJ. As demais unidades encontram-se na seguinte situação:

2.1.3.1. GRA/MT: 02 Contratos com vigência até 04/2023.

2.1.3.2. GRA/RO: Contrato 06CT2015, Contrato 006CT2016, Contrato 02CT2022 e Contrato 006CT2021

2.1.3.3. SRA/PR: Contrato 2016TL0020 com vigência até 06/11/2022, Contrato 008/2019 com vigência para 31/12/2022 e Contrato 009/2019 com vigência até 31/10/2022;

2.1.3.4. SRA/BA: Contrato 04/2019 com vigência até 12/2022.

2.1.3.5. SRA/PA : Contrato nº 01/2021 com vigência até 11/04/2023; Contrato nº 08/2019 com vigência até 06/10/2023; Contrato nº 09/2019 com vigência até 26/10/2023.

2.1.3.6. GRA/RR: Contrato nº 10/2021 com vigência até 31/12/2022.

2.1.3.7. SRA/MG: Contrato nº 05/2017 e Contrato nº 06/2017.

2.1.4. Considerando a dificuldade do desenvolvimento das funções das supracitadas unidades sem que haja a disponibilização de serviços de telefonia, por se tratar de serviço contínuo (aquele considerado essencial, que não pode ser paralisado, sob pena de comprometer atividades laborais e atendimento aos cidadãos), deve-se, portanto, proceder a devida contratação.

2.1.5. A descontinuidade do serviço implicaria na impossibilidade de realização de chamadas locais, longa distância nacional e internacional por parte dos servidores e demais colaboradores dessas unidades, gerando prejuízo às atividades laborais dos colaboradores e à prestação dos serviços disponibilizados pelos órgãos.

2.1.6. Desta maneira, espera-se com a presente contratação suprir as necessidades de comunicação telefônica das SRA's e SRTb's, por meio do recebimento e estabelecimento de ligações externas locais, longa distância (LDN) e internacional (LDI), por meio da contratação de um serviço de STFC que utiliza tecnologia compatível com a central telefônica atualmente em uso pelas unidades.

### **2.2. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação**

2.2.1. Possibilitar que servidores e colaboradores possam realizar ligações externas locais, longa distância (LDN) e internacional (LDI);

2.2.2. Possibilitar que servidores e colaboradores possam receber chamadas externas diretamente em seus ramais;

2.2.3. Por meio da prestação de serviços de um provedor especializado, prover um serviço de telefonia de boa qualidade no estabelecimento e recebimento de chamadas externas aos servidores e colaboradores.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, inclusive todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet (sob demanda), permitindo que os ramais das unidades elencadas no item 1.1 deste Termo de Referência possam realizar ligações externas nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) e receber chamadas externas diretamente nos ramais.

3.2. A realização de chamadas GRATUITAS (0800, serviços e emergência), entre outros, não foram incluídos na tabela acima, uma vez que essas ligações não são tarifadas.

### **3.3. Serviços que compõem a solução**

3.3.1. Instalação/habilitação de STFC/Linhas Fixas Analógicas. Valor cobrado uma única vez pela instalação/habilitação do serviço, em cada localidade prevista neste documento;

3.3.2. Chamada local (Local-FF) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo (Fixo-Fixo): Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones fixos nesta mesma área (LOCAL-FF);

3.3.3. Chamada local (VC1) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (Fixo-Móvel);

3.3.4. Chamada local originada das linhas diretas em terminal fixo e destinada a terminal fixo (Fixo-Fixo);

3.3.5. Chamada local originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel originadas das linhas diretas instaladas nas unidades;

3.3.6. Assinatura mensal de faixa de numeração DDR: valor pago mensalmente pela disponibilidade dos blocos DDR para as unidades. Os serviços telefônicos devem ser migrados assegurando-se a manutenção dos mesmos identificadores de número telefônico atualmente em uso nas instituições e a CONTRATADA deve manter os ramais DDR em pleno funcionamento durante a vigência contratual;

3.3.7. Chamada de Longa Distância Nacional (LDN-FF-QO - degrau 1 a 4) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo, independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários (LDN-Fixo-Fixo): Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (degraus 1 a 4), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FF-QO);

3.3.8. Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (LDN VC2 e VC3 - Fixo-Móvel): Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FM-QO) e Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas locais, em todo o país (LDNFM/QO);

3.3.9. Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo e destinada a qualquer país/região em terminal fixo e móvel (LDI - STFC - F/FM): Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Internacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis e fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais para qualquer país/região do mundo (LDI-STFC-F/FM).

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:  
I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;  
II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;  
III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e  
IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.  
§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.  
§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. A licitação será composta por 14 (catorze) grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, obrigando-se o licitante a apresentação de proposta para todos os itens que compõem cada grupo.

5.3. **REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:**

5.4. **Requisitos gerais do negócio**

5.4.1. O serviço deverá ser disponibilizado nas localidades listadas no Anexo V do Edital, e poderão sofrer mudança de endereço entre a publicação do edital e o início da execução contratual sem pagamento adicional e prejuízo da prestação do serviço.

5.4.1.1. Eventuais solicitações de mudança de endereço devem estar condicionadas a disponibilidade técnica no endereço solicitado por parte da CONTRATADA.

5.4.1.2. Caso a CONTRATADA não possua viabilidade técnica para atendimento das solicitações de mudança de endereço não será penalizada.

5.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer o detalhamento de faturas telefônicas no padrão Febraban (versão 3 ou superior, formato .txt) e/ou ainda no padrão que a própria SRA/BA venha a definir por meio de Resolução.

5.4.3. Permitir a identificação do número de origem da chamada, quando do recebimento de chamadas encaminhadas pela operadora à Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT).

5.4.4. Os serviços deverão ser prestados de maneira ininterrupta, 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, com garantia de disponibilidade anual mínima de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), salvaguardados os casos de interrupções programadas.

5.4.5. As chamadas locais devem se tarifadas por minuto, podendo ser fixo-fixo ou fixo-móvel.

5.4.6. As chamadas devem ser realizadas sem a intervenção de operador.

5.4.7. Deverá ser realizada a portabilidade numérica, caso a empresa vencedora do certame não seja a atual prestadora do serviço. Devendo manter a atual numeração utilizada pelas Unidades Descentralizadas do MGI.

5.4.8. Será aceito a tecnologia SIP, se a central disponível não suportar tal tecnologia, necessário o fornecimento para conversor para a sinalização que estiver disponível e deverão ser suficientes para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico.

5.4.9. Se aceita a tecnologia SIP, esta deverá ser provida juntamente com franquia de voz em minutos. Cada ramal deverá possuir uma franquia ilimitada por um valor fixo, excetuado LDI que deverá ser cobrado por minuto. A CONTRATADA deverá fornecer o roteador que receberá o tronco SIP.

5.4.10. **Poderão ser utilizados como meios de acesso pela CONTRATADA para prestação de serviço STFC qualquer tecnologia disponível no mercado, que atenda aos requisitos deste documento. A composição da solução de telefonia deverá ser apresentada quando da entrega da proposta comercial, de forma detalhada. Todos os produtos/software envolvidos na composição deverão ser informados.**

5.4.11. Toda atualização tecnológica de hardware, software e solução, desde que atenda aos requisitos deste documento, poderão ser ofertadas sem custos adicionais à CONTRATANTE.

5.4.12. **Requisitos específicos do negócio**

5.5. O serviço será prestado com MÓVEL, com fornecimento de chip homologados pela ANATEL e com fornecimento de aparelho em regime de comodato, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

5.5.1. **Da Devolução dos Aparelhos Móveis em Comodato**

a) Todos os aparelhos móveis (celulares) deverão ser devolvidos em bom estado de funcionamento, com os acessórios, em até 60 dias após o fim do Contrato, junto com uma listagem dos IMEIs dos aparelhos devolvidos. É de responsabilidade do órgão ou entidade garantir que os aparelhos sejam devolvidos na forma descrita nesse item.

5.5.2. **Os aparelhos fornecidos em comodato deverão possuir a seguinte especificação mínima:**

a) Aparelho Smartphone novo com sistema operacional Android ou IOS, versão atualizada

b) Dual Chip ou compatível para o uso de duas linhas no mesmo aparelho.

c) Rede GSM QuadriBand (850/900/1800/1900 mHz)

d) Nano Sim Card 4FF

e) Rede de dados 3G e 4G nos padrões autorizados pela ANATEL;

f) Processador de no mínimo 8 núcleos (Octa-core) com velocidade mínima de 1,7 GHz

g) Memória de armazenamento interno, capacidade mínima de 64 GB.

h) Memória RAM mínima de 2 GB

i) Tamanho de tela mínima de 6,0 Polegadas na diagonal com resolução mínima Full HD.

j) Bateria com capacidade mínima de 4.000 mAh.

k) Tela com touchscreen capacitivo e multitouch

l) Câmera traseira com no mínimo 8 MegaPixels e câmera frontal com no mínimo 5 MegaPixels

m) Conectividade: LTE 4G, 3G, Wi-fi (802.11 b/g/n), roteador wi-fi, Bluetooth 4.2 ou superior, conexão com PC via USB.

n) Sensor de GPS e de autorrotação de tela

o) Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português (impresso em papel ou online).

5.5.3. Funcionalidades:

a) Vibração, viva voz, conferência, registro de chamadas discadas/recebidas/não atendidas, bloqueio do uso de dados, modo avião, chamada em espera,



- b) O plano possui as seguintes características de tráfego: Ligações locais para fixo e móvel ilimitadas e, Ligações de longa distância nacional para fixo e móvel ilimitadas
- c) A empresa deverá fornecer chips, aparelhos e acessórios novos (sem uso) a título de COMODATO, para cada linha solicitada. Não serão aceitas adaptações externas e internas nos produtos visando atender às especificações exigidas. Os aparelhos a serem entregues deverão estar em linha de produção e não poderão constar da lista de aparelhos a serem descontinuados pelo fabricante.
- d) O aparelho que apresentar algum defeito deverá ser enviado à assistência técnica do fabricante para análise sem custo para a Contratante, e, caso esteja dentro dos termos e condições de garantia terá o reparo realizado sem ônus, salvo caso o aparelho não possa ser reparado dentro dessas condições, o que acarretará na sua substituição por parte do fabricante.
- e) Os serviços serão habilitados conforme a necessidade apresentada pela CONTRATANTE. Os aparelhos deverão ser entregues via correio ou pessoalmente pela Contratada

5.5.4. Toda atualização tecnológica de hardware, software e solução, desde que atenda aos requisitos deste documento, poderão ser ofertadas sem custos adicionais à CONTRATANTE.

5.6. **Segue abaixo definição de linhas diretas por localidade:**

|         |                          |  |                     |  |
|---------|--------------------------|--|---------------------|--|
| SRTb/RJ | ARTb/Angra dos Reis      | Rua José Riegert, 48, Loja 01 e 02                       | Angra dos Reis      | (24) 3365-1122                               |
|         | ARTb/Sapucaia            | Rua Quinze de Novembro, 40                               | Sapucaia            | (24) 2271-1887                               |
|         | ARTb/Teresópolis         | Rua Monte Libano, 158 - PRÉDIO DO INSS                   | Teresópolis         | (21) 3641-0554                               |
|         | ARTb/Valença             | Travessa. Ventura de Souza, 174 LJ C                     | Valença             | (24) 2453-1107                               |
|         | GRTb/Itaperuna           | Av. Cardoso Moreira, 859                                 | Itaperuna           | (22) 3822-2657                               |
|         | ARTb/Barra do Pirai      | Rua Doutor Clodoven, 03, Centro                          | Barra do Pirai      | (24) 2442-0889                               |
|         | ARTb/Macaé               | Av. Agenor Caldas, 249, Imbetiba                         | Macaé               | (22) 2772.4065                               |
|         | GRTb/Petrópolis          | Rua São Pedro de Alcântara, 63, Centro                   | Petrópolis          | (24)2245-8562                                |
|         | ARTb/Vassouras           | Avenida Octavio Gomes, 395, Centro                       | Vassouras           | (24) 2491-1707                               |
|         | GRTb/Volta Redonda       | AV. Lucas Evangelista, 63, Aterrado                      | Volta Redonda       | (24) 3347-5804                               |
|         | ARTb/Miguel Pereira      | Rua Dr Paulo de Frontin, 77, Governador Portela          | Miguel Pereira      | (24) 2483-8075                               |
|         | ARTb/São Pedro da Aldeia | AV. São Pedro, S/N                                       | São Pedro da Aldeia | (22) 2621-3984                               |
|         | ARTb/Cantagalo           | Rua César Freijanes, 67                                  | Cantagalo           | (22) 2555-4114                               |
|         | ARTb/São Fidélis         | Rua Cinco de março,180, Centro                           | São Fidélis         | (22) 2758-6655                               |
|         | ARTb/Rio das Ostras      | Av. Casuarinas, 595, Centro de Cidanias                  | Rio das Ostras      | (22) 2771-3777                               |
|         | ARTb/Resende             | Rua Gulhot Rodrigues, 257, Centro                        | Resende             | A Definir                                    |
|         | GRTb/Cabo Frio           | Av. Assunção, 380, Centro                                | Cabo Frio           | (22) 2647.2025                               |
|         | ARTb/Rio Bonito          | Rua Monsenhor Antônio de Souza Gens, 33                  | Rio Bonito          | (21) 2734-0999                               |
|         | ARTb/Três Rios           | Praça São Sebastião, 349 - Prédio Procon, Centro         | Três Rios           | (24) 2252-3226                               |
|         | ARTb/Paraty              | Rua Campos da aviação , S/N, 2º PISO, Campos da aviação  | Paraty              | (24) 3371-1472                               |
| GRA/AL  | SRTb/AL                  | Av. Muniz Falcão, 545, São Francisco                     | Palmeira dos Índios | (82) 3420-1764                               |
|         |                          | Rua Barão de Jequiá, Nº 86, lojas 19, 20 e 21 - Centro   | São Miguel Campos   | (82) 3271-4178                               |
|         |                          | Rua da Independência, 83 - Centro                        | Delmiro Gouveia     | (82) 3641-2864                               |
|         |                          | Rua Fernandes Lima. 574 - Centro                         | Arapiraca           | (82) 3522-2300                               |
|         |                          | Tv. José Domarques, s/n - Centro                         | União Palmares      | (82) 3281-1417                               |
| SRA/CE  | SRTb/CE                  | Rua Padre Fialho,219, Centro                             | Sobral              | (88) 3611-5444/5440/ ****                    |
|         |                          | Rua Coronel Alexandrino,1748, Centro,                    | Aracati             | (88) 3421-1629                               |
|         |                          | Av. Dr. José Holanda Montenegro, 624 - Centro            | Iguatu              | (88) 3581-1477                               |
|         |                          | Rua Dom Aureliano Matos,582                              | Itapipoca           | 88) 3631-0788                                |
|         |                          | Rua José Marrocos,s/n, Salesianos                        | Juazeiro do Norte   | (88) 3512-3602 (88) 3512-4905 (88) 3512-2520 |
|         |                          | Rua Coronel José Nunes, 655,Centro                       | Limoeiro do Norte   | (88) 3423-5384                               |
|         |                          | Rua Padre Sarmento, 35,Centro                            | Mombaça             | (88) 3583-1545                               |
|         |                          | AV. Deputado Figueiredo Correia, 112, Centro             | Várzea Alegre       | (88) 3541-2880                               |
|         |                          | Praça Amigos da Marinha, s/nº                            | Mucuripe            | (85) 3248-2300                               |
|         |                          | Rua Santos Dumont, 630, Centro                           | Camocim             | (88) 3621-1414                               |
|         |                          | Rua Antonio Martins,209,Centro                           | Canindé             | (85) 3343-0606                               |
| SRA/PA  | ARTB/CAST                | AV. Barão do Rio Branco, 1.721 Tailândia                 | Castanhal           | (91) 37113058                                |
|         | ARTB/ITA                 | AV. Fernando Guilhon, 259, Comércio                      | Itaituba            | (93) 35186240                                |
| SRA/PE  | PGFN/CARUARU             | R. Profª. Laura Maciel Santos, 23 -Universitário         | Caruaru             | (81) 3721-3850 / 3925                        |
|         | SRTb/PE - CARUARU        | Rua Cônego Julio Cabral, 157, Bairro Maurício de Nassau, | Caruaru             | (81) 3722.2900;                              |
|         | SRTb/PE - GARANHUNS      | Av. Caruaru,650, Heliópolis                              | Garanhuns           | (87) 3762.2382 e 3763.0665;                  |
| GRA/AM  | ARTb/Parintins           | Av. das Nações Unidas, 1764, Centro                      | Parintins           | (92) 3533-2521                               |
|         | ARTb/Humaita             | Rua S 1, S/N, Centro                                     | Humaita             | (97) 3373-2274                               |
|         | ARTb/Tabatinga           | Av. da Amizade, S/N, Centro                              | Tabatinga           | (97) 3412-3562                               |
|         |                          | Rua Itamarati, 616 - Renato Gonçalves                    | Barreiras           | ( 77) 3611-8161                              |

|        |                             |  |                        |   |
|--------|-----------------------------|--|------------------------|---|
| SRA/BA | SRTb/BA                     | Rua do Paraíso, nº 405 - Santo Antônio                                   | Juazeiro               | ( 74) 3611-6970   |
|        |                             | Rua do Paraíso, nº 405 - Santo Antônio                                   | Juazeiro               | ( 74) 3611-8160   |
|        |                             | Praça Aristides Maltez, 22 - Pq. Alagoinhas                              | Alagoinhas             | ( 75) 3422-1356   |
|        |                             | Rua Oriente Médio, s/n - Centro  | Bom Jesus Lapa         | ( 77) 3481-3293   |
|        |                             | Pça José Ferreira, s/n - Centro  | Guanambi               | ( 77) 3451-4530   |
|        |                             | Av. Ferreira Bandeira, 132 Centro  | Stº Amaro              | ( 75) 3241-3107   |
|        |                             | Pça. Dr. Pompílio Leite, 100 - Centro                                    | Brumado                | ( 77) 3441-3082   |
|        |                             | Rua Augusto Pereira Nunes, nº 135 - Sala 216 - Centro Comercial Fiesta   | Irecê                  | ( 74) 3641-5639   |
|        |                             | Praça Professor Antônio Félix de Brito, S/N - São Luís                   | Jequié                 | ( 73) 3525-3525   |
|        |                             | Av Carlos Berenhauser, s/n, Qd.1 Lt.3, Alves Souza                       | Paulo Afonso           | ( 75) 3281-3744   |
|        |                             | Avenida Roberto Santos, Nº 07 - Centro                                   | Srº Bonfim             | ( 74) 3541-5313   |
| GRA/ES | SRTb/ES                     | End.: Av. Rubens Rangel – Cidade Nova.                                   | Marataizes             | (28) 35323204   |
|        |                             | Rua Quinze de novembro, 80, Centro.                                      | Alegre                 | (28) 3552-2245  |
|        |                             | Rua Agenor Antônio da Silva, nº 384, Muquiçaba,                          | Guarapari              | (27) 3161-1921  |
| SRA/MG | PSFN                        | Av. Getúlio Vargas, nº 616, Centro                                       | Patos de Minas         | (34)3825-8436   |
|        | SRA/MG                      | Rua São José, nº 12, Centro  | Ouro Preto             | (31)3551-5218 1444/(31)3552-2879/2236/1432/3401   |
| GRA/MT | ART/Cáceres                 | Rua 04, Quadra 04, Lote 22, Bairro COC                                   | Cáceres                | (65)3223-1392 e (65) 3223-5328  |
|        | ART/Barra do Garças         | Rua Pires de Campos, 525, Centro   | Barra do Garças        | (66) 3401-1320 e (66) 3401-4143   |
|        | GRT/Rondonópolis            | Av. Dom Aquino, 407, Bairro Jardim Guanabara                             | Rondonópolis           | A definir   |
|        | ART/Sinop                   | AV. Jacarandás, 568, Bairro Jardim Jacarandás                            | Sinop                  | (66) 3531-4442 e (66) 3531-5021   |
| SRA/PR | PSFN/Guarapuava*            | R. Prof. Becker, 2730, Santa Cruz  | GUARAPUAVA             | (42)3623-2156 42-3623-2177 42-3623-2942 (CPTC MONYTEL M9S tipo PABX - analógico)  |
|        | PSFN/Pato Branco            | R. Aymoré, 389 - Centro  | PATO BRANCO            | 46-3223-1890  |
|        | PSFN/Ponta Grossa           | Av. Visconde de Tainay, 1.051 - Ronda                                    | PONTA GROSSA           | 42-3223-7232  |
|        | PSFN/Umuarama*              | Av. Anhanguera, 2769, Centro   | UMUARAMA               | (44)3622-5354 (44)3622-7572 (44)3623-3279 (44)3623-3776 (44)3624-2740 (CPTC MONYTEL M9S tipo PABX - analógico)  |
|        | GRTb/Ponta Grossa           | Rua Reinaldo Ribas Silveira, nºs 18 e 20 - Bairro Ronda - CEP 84.051-040 | Ponta Grossa           | (42)3901-3901/ 3904/3905/3907 (MONYTEL M9S tipo PABX - analógico)   |
|        | ARTb/Apucarana              | AV. Curitiba, 1188, Centro   | Apucarana              | 43 3901-1000  |
|        | ARTb/Campo Mourão           | Rua Brasil, 947, Jardim Laura  | Campo Mourão           | 44 3904-1600  |
|        | ARTb/Cianorte               | AV. Paraná, 510, Sala 02, Zona 01,                                       | Cianorte               | 44 3903-1300  |
|        | ARTb/Cornélio Procopio      | Rua Massud Amim, 165 - Calçadão  | Cornélio Procopio      | 43 3904-1240  |
|        | ARTb/Francisco Beltrão      | AV. Antonio de Paiva Cantelmo, 919, Industrial                           | Francisco Beltrão      | 46 3901-1900  |
|        | ARTb/Guarapuava             | Rua Senador Pinheiro Machado, 1794, Sala 03                              | Guarapuava             | 42 3902-1501  |
|        | ARTb/Paranaguá              | AV. Cel. Santa Rita, 482, Tuiú,  | Paranaguá              | 41 3902-1701  |
|        | ARTb/Paranavaí              | AV. Distrito Federal, 1105, Centro                                       | Paranavaí              | 44 3902-1801  |
|        | ARTb/STº Antônio da Platina | Rua Dom Pedro II, 155, Centro,   | STº Antonio de Platina | 43 3907-1400  |
|        | ARTb/Toledo                 | Rua Almirante Barroso, 3113, Centro                                      | Toledo                 | 45 3903-1880  |
|        | ARTb/Umuarama               | AV. Rio Branco, 4211, Zona 01,   | Umuarama               | 44 3906-1330  |
| GRA/RO | SRTb/RO                     | Av. Tancredo Neves, nº 1680, bairro Setor Institucional                  | Ariquemes              | (69) 3535-2599/ 3535-6858   |
|        |                             | Av. Rocha Leal, nº 1383, bairro Serraria                                 | Guajará Mirim          | (69)3541 2170/3541-5048   |
|        |                             | Rua Princesa Isabel, nº 227, bairro Centro                               | Vilhena                | (69)3322 2099/3322-6787/3322-4045   |
|        |                             | AV. Brasil, nº 1148, bairro Nova Brasília                                | Ji-Paraná              | (69) 3416-8204/3416-8200  |
| SRA/RS |                             | AV. Loureiro da Silva, 445 bairro Centro Histórico                       | Porto Alegre           | (51)3221 4265,(51)3212 6030/8218/(51)3225 0610,8207 (51)3226 5762, (51)3228-2543/ 9392, (51) 3286 4497/6359, (51) 3388 1815, (51)3709 1699, 1722, (53)3242 3899,(54)3311 7944, (55)3219 3341/3385, (55)3222 7313,(55) 3223 6033, (55)3312 4899/6275, (55)3313 5303/5364 |
|        |                             | AV. Ipiranga, 3020 bairro Petrópolis                                     | Porto Alegre           | (51) 3228 2944,   |
|        |                             | AV. Polônia, 226 bairro São Geraldo                                      | Porto Alegre           | A Definir   |
|        |                             | AV. Márcio Dias, 801 bairro Centro                                       | Bagé                   | 53 3242 6510  |
|        |                             | AV. Planalto, 901 bairro São Bento                                       | Bento Gonçalves        | (54) 3451-7828 / 7884   |
|        |                             | Rua Irmão Emílio Conrado, 120 sala 501 bairro Florestal                  | Lajeado                | (51) 3709-1699  |
|        |                             | AV. João Belchior Goulart, 15 bairro Forum                               | Santana do Livramento  | (55) 3242-5490 (55) 3241 1679   |
|        |                             | Rua Florêncio de Abreu, 1660 sala 105                                    | STº Angelo             | (55) 3313-5303  |
| GRA/RR | SRTb/RR                     | Avenida Presidente Kennedy, 1262 - Centro                                | Caracará               | A definir   |
|        | SRTb/RR                     | Avenida São Luiz, S/N - Centro   | São Luiz               | A definir   |

## 5.7. Requisitos de capacitação

5.7.1. Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico do serviço de telefonia fixa. As técnicas utilizadas são de domínio comum das empresas do ramo. Adicionalmente Toda a atividade inerente a manutenção do serviço cabe à empresa que será contratada.

## 5.8. Requisitos Legais

5.8.1. A CONTRATADA não deverá possuir em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.8.2. Todos os componentes de telecomunicações inerentes à prestação do serviço deverão estar em conformidade com a lei aplicável, com regulamentos editados

pela ANATEL ou com as normas por ela adotadas.

- 5.8.3. A licitante vencedora deverá cumprir todos os procedimentos regulatórios vigentes à época da assinatura do contrato e aqueles que venham a vigor durante a execução contratual.
- 5.8.4. Abaixo são apresentadas algumas leis que deverão ser observadas. O rol adiante não é exaustivo:
- 5.8.5. Lei nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais);
- 5.8.6. Lei nº 12.965/2014 (Lei de Uso de Internet) - Caso se utilize SIP configurado em cima de enlace de dados;
- 5.8.7. Lei nº 9.472/1997 (LGT);
- 5.8.8. Leis nº 14.133/2021 e/ou 8.666/93;
- 5.8.9. Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 (Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado-STFC);
- 5.8.10. Resolução ANATEL nº 605, de 26 de dezembro de 2012 (Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC) e
- 5.8.11. Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC).
- 5.9. **Requisitos temporais**
- 5.9.1. **O serviço deverá estar em funcionamento pleno em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.**
- 5.9.2. Na data acima informada deverá estar concluída a migração do serviço das operadoras atuais, que prestam o STFC, para as operadoras que irão assumir a prestação do serviço.
- 5.9.3. A operadora de telecomunicações deverá entregar o pedido de mudança de endereço em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento do pedido. A entrega consiste no STFC em pleno funcionamento.
- 5.10. **Requisitos de mudança de endereço sob demanda**
- 5.10.1. Em razão de imprevisibilidade, no momento não é possível informar quais serão os novos endereços em caso de pedido de mudança de endereço da prestação do serviço. Destaca-se que necessariamente a mudança ocorrerá para endereço na mesma capital.
- 5.10.2. Cada mudança de endereço das Unidades descentralizadas do MGI abrangem uma localidade de origem e uma de destino.
- 5.10.3. Verifica-se que em média as Unidades descentralizadas do MGI não mudam mais do que 2 (duas) vezes ao ano. O número de mudanças acima apresentado não obriga a SRA/BA a demandar o mesmo quantitativo de mudança de endereço da prestação do serviço. Podendo esta Superintendência vir a demandar número maior ou menor que o apresentado acima, limitando-se a duas mudanças de endereço pelo período de 12 (doze) meses, prazo da vigência contratual, e por localidade.
- 5.10.4. As eventuais solicitações referentes a mudança de endereço devem estar condicionadas à disponibilidade técnica da CONTRATADA no endereço solicitado. Caso a CONTRATADA não possua viabilidade técnica para atendimento, não será penalizada.
- 5.11. **Requisitos de segurança da informação**
- 5.11.1. A CONTRATADA deverá manter sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados e voz trafegados por meio dos enlaces utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 5.11.2. Compete à CONTRATANTE dar ciência à CONTRATADA da Política de Segurança e demais normas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
- 5.11.3. Compete à CONTRATADA garantir que todos os profissionais que tiverem acesso ao ambiente computacional da CONTRATANTE assinem o Termo de Responsabilidade de Acesso às Soluções de TI.
- 5.11.4. A CONTRATADA não poderá armazenar consigo qualquer documento técnico que contemple configurações aplicadas nos equipamentos implantados na rede da CONTRATANTE.
- 5.11.5. Os recursos de TI da CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA ou seus prepostos para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados nesta contratação.
- 5.11.6. A CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança estabelecidas pela CONTRATANTE durante a realização de atividades no ambiente desta. Essa sujeição não caracteriza qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 5.12. **Requisitos sociais, ambientais e culturais**
- 5.12.1. Os profissionais da CONTRATADA, que venham ocasionalmente a atuar nas dependências das Unidades descentralizadas do MGI deverão trajar-se de maneira adequada ao ambiente de trabalho e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da CONTRATANTE e seus usuários.
- 5.12.2. A CONTRATADA deverá seguir os requisitos definidos nos Guias de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) - Guia Nacional de Licitação Sustentáveis - NESLIC e Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição - disponíveis em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067), sempre que aplicável.
- 5.12.3. No entanto, salienta-se que não foi identificado impacto ambiental. O serviço em contratação não é poluente e não prejudica o ambiente físico e social local.
- 5.13. **Requisitos de hardware e meios de transmissão**
- 5.13.1. Caberá à(s) CONTRATADA(s) disponibilizar todo o recurso computacional necessário à execução do STFC a ser prestado. Os referidos recursos não deverão gerar ônus adicional à CONTRATANTE.
- 5.13.2. Salienta-se que equipamentos como modems e roteadores, além dos cabos e demais recursos envolvidos no fornecimento do serviço STFC até o gateway das Unidades descentralizadas do MGI cabem à contratada.
- 5.13.3. As Unidades descentralizadas do MGI não fornecerão nenhum equipamento adicional aos apresentados em "Requisitos de Compatibilidade" para utilização do STFC.
- 5.13.4. Viabilizar o acesso à rede pública de telefonia comutada, por meio de canal digital dedicado e privativo.
- 5.13.5. Considerando as facilidades de acesso terrestre através de meios de transmissão ópticos fim a fim nos locais de instalação, não será aceito enlace via rádio ou satélite.
- 5.14. **Requisitos de software**
- 5.14.1. Não foram identificados para o planejamento da contratação em realização requisitos de software.
- 5.15. **Requisitos de compatibilidade**
- 5.15.1. O STFC a ser fornecido deverá ser compatível com a central telefônica das Unidades descentralizadas do MGI, composta por:
- 5.15.2. Tabela de composição Central Telefônica

| CPTC           | Quant. |
|----------------|--------|
| Ericsson BP250 | 01     |
|                |        |

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| Siemens/Unify Hipath 4000 v5.0       | 01 |
| Siemens Hipath 3750                  | 01 |
| Intelbras Impacta 68i                | 03 |
| Leucotron Ision IP 3000R             | 01 |
| Leucotron Ision IP*                  | 01 |
| MONYTEL M9S(Analógico)               | 01 |
| Intelbras Impacta 68 (TI NKT 4245 i) | 01 |
| Panasonic KX-TDE600                  | 01 |
| Siemens Hipath 3800                  | 01 |

5.15.3. Os gateways acima estão instalados nas Unidades descentralizadas do MGI, nas capitais brasileiras.

5.15.4. O item 9.1.2 deste Termo de Referência informa a quais unidades pertencem as centrais telefônicas listadas no item 5.18.2 acima.

**5.16. Requisitos de integração**

5.16.1. Não foram identificados para o planejamento da contratação em realização requisitos de integração.

**5.17. Requisitos de implantação**

5.17.1. A Contratada deverá avaliar realizar a implantação do serviço, avaliando os possíveis impactos ao ambiente produtivo das Unidades descentralizadas do MGI, bem como o STFC quando da implantação do serviço.

5.17.2. Necessariamente o STFC objeto desta contratação deverá iniciar até 30 (trinta) dias corridas após a assinatura do contrato. Não será permitida interrupção do serviço entre o término dos contratos citados e início do contrato em planejamento, ressalvado o período necessário para a migração que será acordado com a equipe técnica das Unidades descentralizadas do MGI.

5.17.3. O prazo para implantação e migração do serviço encontra-se neste documento em "Requisitos temporais".

5.17.4. Entende-se como implantação: a instalação, configuração e migração do serviço. A implantação deverá disponibilizar o serviço telefônico fixo comutado de forma plena.

5.17.5. A implantação e operação do STFC deverão ser realizadas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

5.17.6. As atividades de implantação deverão ser acompanhadas pela equipe técnica das Unidades descentralizadas do MGI, quando está entender necessário.

5.17.7. A prestação dos serviços de implantação será realizada preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, após 19 horas, ou em dias não úteis a qualquer horário. Nos casos que as atividades não apresentem qualquer impacto negativo no ambiente ou serviços da Unidades descentralizadas do MGI, as atividades poderão ser realizadas no horário comercial.

5.17.8. As atividades deverão ser agendadas junto às Unidades descentralizadas do MGI, que deverá definir o dia e horário mais propício à realização das atividades.

5.17.8.1. Caso o atraso na entrega do objeto seja causado pela contratante, a contratada não sofrerá penalização pelos dias de retardo.

5.17.9. Caso a implantação não seja realizada de forma adequada, a Unidades descentralizadas do MGI, poderá recusar a prestação do serviço e solicitar a realização da atividade de forma adequada. Não está excluída a sanção decorrente de sua não aceitação.

5.17.10. Após finalização das atividades de implantação do STFC, a Contratada deverá realizar todos os testes e checagens necessárias para validação da implantação.

5.17.11. Caso algum problema seja verificado e seja constatado a necessidade de realizar o retorno das configurações originais, assim deverá ser feito.

**5.18. Requisitos de garantia e manutenção**

5.18.1. A manutenção preventiva e corretiva do serviço caberá à Contratada, que deverá atuar sempre que constatar a necessidade de manutenção.

5.18.2. As Unidades descentralizadas do MGI, quando verificarem a necessidade de manutenção corretiva, poderão abrir chamado na Contratada por meio de contato telefônico.

5.18.3. A garantia de funcionamento do serviço deverá ocorrer durante o período da vigência contratual.

**5.19. Requisitos de capacitação**

5.19.1. Não foram identificados requisitos de capacitação para a contratação em tela. As Unidades descentralizadas do MGI, não irão operar o serviço, apenas o consumirão.

**5.20. Requisitos de experiência profissional**

5.20.1. Não serão definidos requisitos de experiência profissional, considerando que estamos contratando serviço e está sendo definido os moldes que o serviço deverá ser prestado para as unidades. A incumbência de definir os requisitos de experiência profissional para os técnicos que deverão manter o serviço é da empresa responsável pelo serviço. Adicionalmente o serviço que a SRA/BA está contratando é comum e todos os órgãos fazem uso dele. Desta forma, a preocupação em se ter pessoas qualificadas para suportar os serviços já foi superada pelas empresas que prestam o serviço. De forma geral e histórica, o STFC utilizado pelas Unidades Descentralizadas do MGI sempre possuem qualidade suficiente para atendimento das necessidades das unidades.

**5.21. Requisitos de direitos autorais e propriedade intelectual**

5.21.1. Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer documentação decorrente da prestação do serviço serão da CONTRATANTE.

**5.22. Requisitos de formação da equipe de implantação do projeto**

5.22.1. Considerando que o STFC é um serviço comum, consolidado e de implantação rotineira pelas operadoras de telecomunicações, não existe necessidade de definir requisitos de formação da equipe de implantação do projeto. Os quadros das operadoras já estão dotados de bons profissionais com conhecimento adequado para implantações de STFC.

#### 5.23. Requisitos de metodologia de trabalho

5.23.1. Trata-se de **Método de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços, com vistas à aceitação e ao pagamento (NMSE).**

5.23.2. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, tais como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

5.23.3. A Gestão e/ou Fiscalização Contratual, com fundamento nas disposições da Instrução Normativa no 02, de 30 de abril de 2008, executarão a AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA CONTRATADA, com base no Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE), definido a seguir:

5.23.4. O indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA). A finalidade deste indicador será a de permitir que a Gestão e/ou Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA.

5.23.5. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) maior ou igual a 9,5.

5.23.6. O instrumento de medição utilizado será baseado no modelo de avaliação de prestação de serviços utilizado pela Gerência de Planejamento, Operação e Manutenção de Redes (GIMR).

5.23.7. A forma de acompanhamento dar-se-á através da verificação, pela Gestão e/ou Fiscalização Contratual, da incorrência da CONTRATADA nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências” a seguir:

**Tabela - Ocorrências**

| Item | Descrição   | Incidência                             | Pontos Perdidos |
|------|---|--|-----------------|
| 1    | Entregar documento de cobrança em prazo superior a 30 dias úteis após o período de apuração do serviço realizado  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 2    | Cobrança por serviços não prestados ou cobrança de valores em desacordo com o contrato  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 3    | Enviar fatura e/ou detalhamento da fatura com erro, após pedido de correção pela fiscalização contratual  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 4    | Transferir a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços/fornecimento do objeto para terceiros.  | Por ocorrência                         | 0,2 ponto       |
| 5    | Descumprir quaisquer itens do edital, contrato e seus anexos.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 6    | Recusar-se a executar algum serviço que esteja previsto contratualmente.  | Por serviço, por dia                   | 0,5 ponto       |
| 7    | Alocar materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em desconformidade com a qualidade ou quantidade especificadas.  | Por ocorrência                         | 0,5 ponto       |
| 8    | Não realizar suporte em caso de falha nos entroncamentos, bem como nos demais componentes ou equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 9    | Não comunicar as interrupções programadas dos serviços, ao respectivo agente de fiscalização contratual.  | Por ocorrência                         | 0,1 ponto       |
| 10   | Não disponibilizar mensalmente, para fins de conferência prévia pelo agente de fiscalização contratual, arquivo eletrônico contendo informações ou detalhamentos necessários à conferência dos serviços utilizados, incluindo seu valor total, impostos e descontos, em conformidade com o preço contratado, no padrão Febraban (versão 3 ou superior, formato .txt) ou ainda no padrão que a Anatel venha a definir por meio de Resolução. | Por ocorrência                         | 0,8 ponto       |
| 11   | Não reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 12   | Deixar de atender os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.  | Por ocorrência                         | 0,5 ponto       |
| 13   | Não manter sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, no mínimo, dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.  | Por ocorrência                         | 1,0 ponto       |
| 14   | Deixar de registrar as chamadas de saída pelo número individual de origem (Prefixo + MCDU), tal como é realizado nas chamadas originadas por meio de celulares.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 15   | Não realizar, no prazo previsto na legislação vigente, a portabilidade numérica para todos os ramais (DDR) existentes.  | Por ocorrência, por localidade         | 0,5 ponto       |
| 16   | Não disponibilizar a funcionalidade Discagem Direta a Ramal (DDR) que permite ao público externo acessar diretamente os ramais das unidades sem a necessidade de passar por uma telefonista ou por uma Unidade de Resposta Audível (URA).   | Por ocorrência, por localidade         | 0,1 ponto       |
| 17   | Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registros das ocorrências (por chamada não atendida)   | Por ocorrência                         | 0,1 ponto       |
| 18   | Atraso no atendimento e resolução de chamados após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços. A contabilização do atraso ocorrerá no regime 24x7  | Por ocorrência e por dia               | 0,5 ponto       |
| 19   | Atraso na habilitação e ativação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas corridas de atraso além do prazo definido para a habilitação, contabilizados no regime 24x7   | Por ocorrência e por período de atraso | 0,5 ponto       |

5.23.8. O procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a ocorrência por parte da CONTRATADA nas situações previstas na tabela acima, deverão ser descontados os pontos correspondentes.

5.23.9. A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês.

5.23.10. O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:  $NMA = 10 - \sum \text{pontos\_perdidos}$ .

h) Os níveis de serviço terão INÍCIO DE VIGÊNCIA a partir do início de vigência do contrato.

5.23.11. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas prevista no art. 15, XVII, “c”, da Instrução Normativa Nº. 02/SLTI/MPOG, dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

5.23.12. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 sujeitará a CONTRATADA a simples notificação.

5.23.13. A faixa específica de tolerância que ensejará adequações no(s) pagamento(s) da CONTRATADA e abaixo da qual a sujeitará às sanções legais será o intervalo compreendido entre uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,3 e maior ou igual a 8,3. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita a adequação de 1% no valor do pagamento devido para o período, a cada décimo de ponto perdido abaixo de 9,3 e acima de 8,3.

#### 5.24. **Requisitos de Segurança da Informação**

5.24.1. Os equipamentos utilizados pela Contratada na prestação do serviço deverão ter seus *firmwares* atualizados em sua última versão estável.

#### 5.25. **Requisitos de vistoria**

5.25.1. Requisitos tratados na seção "Vistoria para licitação"

#### 5.26. **Requisitos de reunião inicial**

5.26.1. Deverá ser realizada uma reunião inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

5.26.2. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor e Fiscais do contrato, membro(s) da equipe técnica da SRA/BA e o Preposto da CONTRATADA.

5.26.3. A reunião realizar-se-á em ambiente virtual (internet) em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

5.26.4. Na ocasião da reunião inicial a SRA/BA informará à operadora os contatos dos servidores nas GRAs e SRAs que receberão os técnicos da empresa na ocasião das atividades técnicas relacionadas à análise viabilidade, instalação/configuração, resolução de problemas técnicos, etc.

#### 5.27. **Requisitos de Níveis Mínimos de Serviços Exigidos**

5.27.1. Para a disponibilidade dos serviços: SLA de 99,6% (noventa e nove vírgula seis por cento) ao mês;

5.27.2. Para a recuperação dos serviços com interrupção total ou parcial: 8 (oito) horas após registro de protocolo;

5.27.3. Para correção de erros, como: degradação da qualidade de voz, incompletude de chamadas, não recebimento de chamadas e incidência de taxas de erros, a CONTRATADA deverá resolvê-los em até 12 (doze) horas após o registro do protocolo.

5.27.4. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

### 6. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. A CONTRATADA deverá seguir os requisitos definidos nos Guias de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) - Guia Nacional de Licitação Sustentáveis - NESLIC e Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição - disponíveis em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067).

6.2. No entanto, salienta-se que não foi identificado impacto ambiental.

### 7. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. Para a correta elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações das unidades elencadas no item 1.1 deste Termo de Referência, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail [pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br](mailto:pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### 8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2. Após análises procedimentais e documentais, a fiscalização do contrato autorizará a contratada a emitir a nota fiscal de serviços.

8.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base na documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal.

8.5. A execução dos serviços deverão ser iniciados tão logo sejam solicitados pelo órgão gestor dos contratos.

#### 8.6. **Mecanismos formais de comunicação**

8.6.1. As solicitações de suporte entre CONTRATADA e CONTRATANTE se dará por meio de solicitação via telefone, e-mail, ordem de serviço, registro em sistema de chamado e/ou outro meio de comunicação a ser definido entre CONTRATANTE e CONTRATADA. Todas as solicitações de suporte, bem como seus desdobramentos deverão ser registrados por escrito em documentos hábeis para cada fato.

#### 8.7. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

8.7.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

8.7.2. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos deste Termo de Referência.

#### 8.8. **CONTRATAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

8.8.1. A presente contratação não prevê a participação de empresas reunidas em consórcio, pois o objeto não demanda aglutinação de competências conexas que apresentem suas especificidades, o que justificaria a união de empresas. Similarmente, o objeto licitado não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro.

8.8.2. Dada a transitoriedade peculiar ao consórcio, este mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre no caso concreto, em que se busca a contratação de serviços comuns e rotineiros às atividades do órgão.

8.8.3. Ademais, as empresas no mercado terão, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

### 9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

| LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS |                              |  |                        |    |            |
|---------------------------------|------------------------------|--|------------------------|----|------------|
| UNIDADE                         | ÓRGÃO                        | Endereço   | Cidade                 | UF | CEP        |
| GRA/MT                          | ART/Cáceres                  | Rua 04, Quadra 04, Lote 22, Bairro COC                   | Cáceres                | MT | 78200-000  |
|                                 | ART/Barra do Garças          | Rua Pires de Campos, 525, Centro                         | Barra do Garças        | MT | 78600-044  |
|                                 | GRT/Rondonópolis             | Av. Dom Aquino, 407, Bairro Jardim Guanabara             | Rondonópolis           | MT | 78710-150  |
|                                 | ART/Sinop                    | AV. Jacarandás, 568, Bairro Jardim Jacarandás            | Sinop                  | MT | 78557-727  |
| SRA/RS                          | Edifício Sede SRA/RS         | AV. Loureiro da Silva, 445 bairro Centro Histórico       | Porto Alegre           | RS | 90010-420  |
|                                 | Arq. Geral SRA/RS            | AV. Ipiranga, 3020 bairro Petrópolis                     | Porto Alegre           | RS | 90610-001  |
|                                 | Arquivo PGFN/RS              | AV. Polônia, 226 bairro São Geraldo                      | Porto Alegre           | RS | 90230-110  |
|                                 | PSFN/Bagé                    | AV. Márcdio Dias, 801 bairro Centro                      | Bagé                   | RS | 96400-021  |
|                                 | PSFN/Bento Gonçalves         | AV. Planalto, 901 bairro São Bento                       | Bento Gonçalves        | RS | 95703-164  |
|                                 | PSFN/Lajeado                 | Rua Irmão Emílio Conrado, 120 sala 501 bairro Florestal  | Lajeado                | RS | 95900-000  |
|                                 | PSFN/N.Senhora do Livramento | AV. João Belchior Goulart, 15 bairro Forquim             | Santana do Livramento  | RS | 97574-001  |
|                                 | PSFN/Santo Ângelo            | Rua Florêncio de Abreu, 1660 sala 105                    | STº Angelo             | RS | 98804-560  |
| SRA/AL                          | SRTb/AL                      | Av. Muniz Falcão, 545, São Francisco                     | Palmeira dos Índios    | AL | 57600-490  |
|                                 | SRTb/AL                      | Rua Barão de Jequiá, Nº 86, lojas 19, 20 e 21 - Centro   | São Miguel Campos      | AL | 57240-000  |
|                                 | SRTb/AL                      | Rua da Independência, 83 - Centro                        | Delmiro Gouveia        | AL | 57480-000  |
|                                 | SRTb/AL                      | Rua Fernandes Lima. 574 - Centro                         | Arapiraca              | AL | 57300-070  |
|                                 | SRTb/AL                      | Tv. José Domarques, s/n - Centro                         | União Palmares         | AL | 57800-000  |
| GRA/RO                          | SRTb/RO                      | Av. Tancredo Neves, nº 1680, bairro Setor Institucional  | Ariquemes              | RO | 76870-046  |
|                                 |                              | Av. Rocha Leal, nº 1383, bairro Serraria                 | Guajará Mirim          | RO | 76850-000  |
|                                 |                              | Rua Princesa Isabel, nº 227, bairro Centro               | Vilhena                | RO | 7698-136   |
|                                 |                              | AV. Brasil, nº 1148, bairro Nova Brasília                | Ji-Paraná              | RO | 76908-449  |
| GRA/ES                          |                              | End.: Av. Rubens Rangel – Cidade Nova.                   | Marataizes             | ES | 29345-000  |
|                                 |                              | Rua Quinze de novembro, 80,Centro.                       | Alegre                 | ES | 29500-000  |
|                                 |                              | Rua Agenor Antônio da Silva,nº 384, Muquiçaba,           | Guarapari              | ES | 29215-160  |
| SRA/CE                          | SRTb/CE                      | Rua Padre Fialho,219, Centro                             | Sobral                 | CE | 62.010-330 |
|                                 |                              | Rua Coronel Alexandrino,1748, Centro,                    | Aracati                | CE | 62800-000  |
|                                 |                              | Rua Guilherme de Oliveira,624, Centro                    | Iguatu                 | CE | 63500-000  |
|                                 |                              | Rua Dom Aureliano Matos,582                              | Itapipoca              | CE | 62500-000  |
|                                 |                              | Rua José Marrocos,s/n, Salesianos                        | Juazeiro do Norte      | CE | 63050-245  |
|                                 |                              | Rua Coronel José Nunes, 655,Centro                       | Limoeiro do Norte      | CE | 62930-000  |
|                                 |                              | Rua Padre Sarmiento, 35,Centro                           | Mombaça                | CE | 63.610-000 |
|                                 |                              | AV. Deputado Figueiredo Correia, 112, Centro             | Várzea Alegre          | CE | 63540-000  |
|                                 |                              | Praça Amigos da Marinha, s/nº,                           | Mucuripe               | CE | 60180-422  |
|                                 |                              | Rua Santos Dumont, 630, Centro                           | Camocim                | CE | 62400-000  |
|                                 |                              | Rua Antonio Martins,209,Centro                           | Canindé                | CE | 62700-000  |
| SRA/PE                          | PGFN/CARUARU                 | R. Profª. Laura Maciel STªs, 23 -Universitário           | Caruaru                | PE | 55031-350  |
|                                 | SRTb/PE - CARUARU            | Rua Cônego Julio Cabral, 157, Bairro Maurício de Nassau, | Caruaru                | PE | 55031-350  |
|                                 | SRTb/PE - GARANHUNS          | Av. Caruaru,650, Heliópolis                              | Garanhuns              | PE | 55290-000  |
| SRA/PR                          | PSFN GUARAPUAVA              | R. Prof. Becker, 2730, Santa Cruz                        | Guarapuava             | PR | 85015-230  |
|                                 | PSFN PATO BRANCO             | R. Aymoré, 389 - Centro                                  | Pato Branco            | PR | 85505-170  |
|                                 | PSFN PONTA GROSSA            | Av. Visconde de Tainay, 1.051 - Ronda                    | Ponta Grossa           | PR | 84051-902  |
|                                 | PSFN UMUARAMA                | Av. Anhanguera, 2769, Centro                             | Umuarama               | PR | 87504-290  |
|                                 | GRTb/Ponta Grossa            | Rua Reinaldo Ribas Silveira, nºs 18 e 20 - Bairro Ronda  | Ponta Grossa           | PR | 84.051-040 |
|                                 | ARTb/Apucarana               | AV. Curitiba, 1188, Centro                               | Apucarana              | PR | 86.800-704 |
|                                 | ARTb/Campo Mourão            | Rua Brasil, 947, Jardim Laura.                           | Campo Mourão           | PR | 87.301-140 |
|                                 | ARTb/Cianorte                | AV. Paraná, 510, Sala 02, Zona 01,                       | Cianorte               | PR | 87.200-087 |
|                                 | ARTb/Cornélio Procópio       | Rua Massud Amim, 165 - Calçada                           | Cornélio Procópio      | PR | 86.300-000 |
|                                 | ARTb/Francisco Beltrão       | AV. Antonio de Paiva Cantelmo, 919,Industrial            | Francisco Beltrão      | PR | 85.601-270 |
|                                 | ARTb/Guarapuava              | Rua Sem. Pinheiro Machado, 1794, Sala 03                 | Guarapuava             | PR | 85.010-100 |
|                                 | ARTb/Paranaguá               | AV. Cel. Santa Rita, 482,                                | Paranaguá              | PR | 83.203-630 |
|                                 | ARTb/Paranavaí               | AV. Distrito Federal, 1105, Centro                       | Paranavaí              | PR | 87.701-310 |
|                                 | ARTb/STº Antônio da Platina  | Rua Dom Pedro II, 155, Centro,                           | STº Antonio de Platina | PR | 86.430-000 |
|                                 | ARTb/Toledo                  | Rua Almirante Barroso, 3113, Centro                      | Toledo                 | PR | 85.900-020 |
|                                 | ARTb/Umuarama                | AV. Rio Branco, 4211, Zona 01,                           | Umuarama               | PR | 87.501-130 |
| SRA/MG                          | PSFN                         | Av. Getúlio Vargas, nº 616, Centro                       | Patos de Minas         | MG | 38700-128  |
|                                 | SRA                          | Rua São José, nº 12, Centro                              | Ouro Preto             | MG | 35400-000  |
| SRA/PA                          | ARTb/CAST                    | AV. Barão do Rio Branco, 1.721 Tailândia                 | Castanhal              | PA | 68742-000  |
|                                 | ARTb/ITA                     | AV. Fernando Guilhon, 259, Comércio                      | Itaituba               | PA | 68180-110  |
| GRA/AM                          | ARTb/Parintins               | Av. das Nações Unidas, 1764, Centro                      | Parintins              | AM | 69151-000  |
|                                 | ARTb/Humaita                 | Rua S 1, S/N, Centro                                     | Humaita                | AM | 69800-000  |
|                                 | ARTb/Tabatinga               | Av. da Amizade, S/N, Centro                              | Tabatinga              | AM | 69640-000  |
|                                 | ARTb/Angra dos Reis          | Rua José Riegert, 48, Loja 01 e 02                       | Angra dos Reis         | RJ | 23900-000  |
|                                 | ARTb/Sapucaia                | Rua Quinze de Novembro, 40                               | Sapucaia               | RJ | 25802-120  |
|                                 | ARTb/Teresópolis             | Rua Monte Libano, 158 - PRÉDIO DO INSS                   | Teresópolis            | RJ | 25953-020  |
|                                 | ARTb/Valença                 | Tv.. Ventura de Souza, 174 LJ C                          | Valença                | RJ | 27600-000  |

|        |                              |  |                         |    |             |
|--------|------------------------------|--|-------------------------|----|-------------|
| SRA/RJ | GRTb/Itaperuna               | Av. Cardoso Moreira, 859   | Itaperuna               | RJ | 28300-000   |
|        | ARTb/Barra do Pirai          | Rua Doutor Clodoven, 03, Centro  | Barra do Pirai          | RJ | 27135-020   |
|        | ARTb/Macaé                   | Av. Agenor Caldas, 249, Imbetiba                                       | Macaé                   | RJ | 27913-300   |
|        | GRTb/Petrópolis              | Rua São Pedro de Alcântara, 63, Centro                                 | Petrópolis              | RJ | 25620-002   |
|        | ARTb/Vassouras               | AV. Octavio Gomes, 395, Centro   | Vassouras               | RJ | 27700-000   |
|        | GRTb/Volta Redonda           | AV. Lucas Evangelista, 63, Aterrado                                    | Volta Redonda           | RJ | 27215-070   |
|        | ARTb/Miguel Pereira          | Rua Dr Paulo de Frontin, 77, Governador Portela                        | Miguel Pereira          | RJ | 25910-000   |
|        | ARTb/São Pedro da Aldeia     | AV. São Pedro, S/N   | São Pedro da Aldeia     | RJ | 28906-200   |
|        | ARTb/Cantagalo               | Rua César Freijanes, 67  | Cantagalo               | RJ | 28500-000   |
|        | ARTb/São Fidélis             | Rua Cinco de março,180, Centro   | São Fidélis             | RJ | 28400-000   |
|        | ARTb/Rio das Ostras          | Av. Casuarinas, 595, Centro de Cidades                                 | Rio das Ostras          | RJ | 28890-000   |
|        | GRTb/Cabo Frio               | Av. Assunção, 380, Centro  | Cabo Frio               | RJ | 28906-200   |
|        | ARTb/Rio Bonito              | Rua Monsenhor Antônio de Souza Gens, 33                                | Rio Bonito              | RJ | 28800-000   |
|        | ARTb/Três Rios               | Praça São Sebastião, 349 - Prédio Procon, Centro                       | Três Rios               | RJ | 25804-020   |
|        | ARTb/Paraty                  | Rua Campos da aviação , S/N, 2º PISO, Campos da aviação                | Paraty                  | RJ | 23970-000   |
|        | ARTb/Queimados               | Rua Otilia, 1.504 , SALA 101/102, Centro                               | Queimados               | RJ | 26383-290   |
|        | ARTb/Saquarema               | Av. Saquarema, 4299, Porto da Roça                                     | Saquarema               | RJ | 28990-000   |
|        | ARTb/Bom Jesus do Itabapoana | Rua José Alberone, 100, Centro   | Bom Jesus do Itabapoana | RJ | 28360-000   |
| SRA/BA | Barreiras SRTb/ba            | Rua Itamarati, 616 - Renato Gonçalves                                  | Barreiras               | BA | 47806-032   |
|        | Juazeiro SRTb/ba             | Rua do Paraíso, nº 405 - Santo Antônio                                 | Juazeiro                | BA | 40060-001   |
|        | Alagoinhas SRTb/ba           | Praça Aristides Maltez, 22 - Pq. Alagoinhas                            | Alagoinhas              | BA | 48091-490   |
|        | Bom Jesus da Lapa SRTb/ba    | Rua Oriente Médio, s/n - Centro  | Bom Jesus Lapa          | BA | 47600-000   |
|        | Guanambi SRTb/ba             | Pça José Ferreira, s/n - Centro  | Guanambi                | BA | 46430-000   |
|        | Santo Amaro SRTb/ba          | Av. Ferreira Bandeira, 132 Centro                                      | Stº Amaro               | BA | 44200-000 - |
|        | Brumado SRTb/ba              | Pça. Dr. Pompílio Leite, 100 - Centro                                  | Brumado                 | BA | 46100-000   |
|        | Irecê SRTb/ba                | Rua Augusto Pereira Nunes, nº 135 - Sala 216 - Centro Comercial Fiesta | Irecê                   | BA | 40060-001   |
|        | Jequié SRTb/ba               | Praça Professor Antônio Félix de Brito, S/N - São Luís                 | Jequié                  | BA | 40060-001   |
|        | Paulo Afonso SRTb/ba         | Av Carlos Berenhauser, s/n, Qd.1 Lt.3, Alves Souza                     | Paulo Afonso            | BA | 48608-080   |
| GRA/RR | Senhor do Bonfim SRTb/ba     | Avenida Roberto Santos, Nº 07 - Centro                                 | Srº Bonfim              | BA | 40060-001   |
|        | ARTb/Caracará                | Avenida Presidente Kennedy, 1262 - Centro.                             | Caracará                | RR | 69360-000   |
|        | ARTb/São Luiz                | Avenida São Luiz, S/N - Centro.  | São Luiz                | RR | 69370-000   |

9.1.2. Abaixo segue tabela contendo a faixa DDR e quantos ramais por faixa. O volume atende adequadamente as necessidades das unidades.

Tabela - Faixas DDR

| UF | UNIDADE           | Número tronco  | Quant. ramais (Até) | Faixa para portabilidade   | CPTC                                      |
|----|-------------------|----------------|---------------------|----------------------------|---|
| BA | SRTB/BA           | (71)3329-8400  | 100                 | 8400 a 8499                | Ericsson BP250                            |
| MG | MGI               | (31) 3218-6000 | 1001                | 6000 a 7000                | Siemens Hipath 4000                       |
|    | PSFN              | (34) 3818-9200 | 300                 | 9200 a 9299                | Intelbras Impacta 68i                     |
| ES | GRA/ES            | (27) 3211-5100 | 400                 | 5100 a 5499                | Siemens Hipath 3750 e Siemens Hipath 3800 |
|    | PGFN/ES           | (27) 3347-6700 | 150                 | 6700 a 6849                | Link digital c/30 canais ISDN E1          |
| MT | GRT/Rondonópolis  |                | 32                  |                            | Leucotron                                 |
|    | SRT/MT            | (65) 3616-4800 | 200                 | 4800 a 4999                | Leucotron Ision IP 3000R                  |
| PR | SRTb/Ed. Sede     | 41-3901-7500   | 63                  | 7500 a 7562 e (41)39017600 | Intelbras Impacta 68                      |
|    | GRTb/Ponta Grossa |                |                     |                            | (MONYTEL M9S tipo PABX - analógico)       |
|    | PSFN Guarapuava   | (42) 3623-2177 | 06                  | -                          | MONYTEL M9S tipo PABX analógico           |
|    | PSFN Umuarama     | (44) 3623-3776 | 10                  | -                          | MONYTEL M9S tipo PABX analógico           |
| PA | SRA/PA            | (91)31105800   | 100                 | 5800 a 5899                | Panasonic KX - TDE600 (híbrida)           |
| RO | GRA/RO            |                | 100                 |                            | Leucotron. Placa TDDUAL/R2                |
| RR | SRTb/RR           | (95) 3198-3850 | 101                 | 3850 a 3950                | INTELBRAS - IMPACTA 68i                   |

9.2. Em relação ao itens computados por minutos, seguem considerações:

9.3. O volume de minutagem de STFC que temos a intenção de contratar encontra-se no artefato "Planilha - Minutagem para contratação" registrado sob o SEI nº



30753088 e se baseou nos Documentos de Formalização de Demandas, apresentado pelas Unidades Descentralizadas do MGI que fazem parte da contratação, desta forma, o quantitativo ESTIMATIVO de minutos a ser contratado não se constitui em compromisso de utilização total da referida minutagem pelas unidades.

- 9.4. O histórico de utilização considerou a minutagem de:
- 9.4.1. Chamada local originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo (Fixo-Fixo);
- 9.4.2. Chamada local originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (Fixo-Móvel);
- 9.4.3. Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo, independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários (LDN-Fixo-Fixo);
- 9.4.4. Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (VC2 e VC3 - Fixo-Móvel); e
- 9.4.5. Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM).
- 9.5. Tendo em vista que o padrão de uso de STFC pelos usuários, de telefonia, mudou em razão da pandemia em curso, e que existe imprevisibilidade quanto ao seu término/controle ou ainda em relação ao regime de trabalho a ser adotado posteriormente, a SRA/BA precisou se basear no padrão de uso das contratações anteriores das unidades, para não incorrer em contratação de minutagem insuficiente caso o padrão de uso original seja retomado.
- 9.6. Deve-se considerar ainda outro ponto de incerteza que reflete na estimativa do volume de minutos para contratação - o Programa de Gestão por Desempenho (PGD), que está sendo experimentado pelo MGI e permite que os servidores trabalhem de casa. Não se sabe até o momento se o PGD será adotado de forma definitiva em todos os órgãos participantes da contratação influenciando no padrão de uso de STFC pelos servidores e colaboradores.
- 9.7. Para cada unidade descentralizada do MGI que o serviço será prestado, foram inseridos a previsão de instalação/habilitação de STFC (pagamento único) de linhas diretas não residenciais analógicas, assinatura mensal de faixa de numeração DDR e assinatura mensal Linhas Analógicas.
- 9.8. A minutagem para realização de chamada local, tanto para terminal fixo quanto móvel, foi definida por localidade.
- 9.9. Em relação aos itens de instalação/habilitação de STFC (pagamento único) de linhas diretas não residenciais analógicas, assinatura mensal de assinatura mensal de faixa de numeração DDR e assinatura mensal Linhas Analógicas, os quantitativos são diversos para cada localidade.
- 9.10. Em relação a mudanças de endereço, visa contratar duas mudanças por localidade, que poderá ser utilizada sob demanda, considerando que não existe previsibilidade quanto a localidade que sofrerá mudança de endereço. Novamente, o volume a ser contratado não obriga a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI a executar todo o quantitativo, devendo pagar apenas pelas mudanças de endereço efetivamente realizadas.
- 9.11. Em relação a disponibilização do serviço de acesso a internet banda larga ADSL, as solicitações deverão ser realizadas por meio de OS, contendo endereço da localidade, que poderá ser utilizada sob demanda, considerando que não existe previsibilidade quanto a localidade que necessitará do serviço. Novamente, o volume a ser contratado não obriga a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI a executar todo o quantitativo, devendo pagar apenas pelos serviços efetivamente prestados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros, documentos como: projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.12. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
- 10.13. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 10.14. Proporcionar livre acesso aos técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às suas dependências e equipamentos, quando se fizer premente e necessário ao bom andamento e prestação do serviço em apreço.
- 10.15. Exigir o imediato afastamento e substituição de preposto que não mereça confiança no trato do serviço, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprir utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificar
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, dev descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor res seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões qu contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/IN
- 11.7. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 11.8. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 11.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização do contrato, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, i
- 11.10. Obriga-se a, sempre que demandado, fazer com que seus prepostos e funcionários efetivem credenciamento como usuário externo no sistema de processo eletr
- 11.11. Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato deco
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações qu
- 11.13. Manter, durante o período de vigência contratual, preposto aceito pela Gestão e/ou Fiscalização Contratual, para representação da CONTRATADA;
- 11.14. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problema
- 11.15. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança
- 11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.17. Via de regra, a prestação de serviços de modo geral é hipótese de incidência de tributação municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN), cor
- 11.18. Existem, contudo, situações em que a prestação de um serviço pode dar ensejo à incidência de tributação estadual pelo ICMS. Como exemplos, citem-se os serv como as exceções expressamente previstas na lista da referida LC 116/2003.
- 11.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrang previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços. Prestar todo esc qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.21. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança
- 11.22. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações qu
- 11.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o
- 11.25. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memo
- 11.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a ut
- 11.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licita
- 11.28. Cumprirá, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Sc
- 11.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes d complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrol
- 11.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnolo
- 11.33. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.34. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após c os mesmos sem limitações;
- 11.35. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados n utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## 12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS INCLUIDO

- 12.1. A SRA/BA e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
- a) o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas hipóteses relacionadas no art. 7º da Lei 13.709/2018 e, no caso de dados pessoais sensíveis, nas hipóteses constantes no art. 11 da norma, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- b) o tratamento limitar-se-á ao mínimo necessário ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação da SRA/BA, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) eventualmente, as partes podem ajustar que a SRA/BA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes da alínea 'c' acima;
- e) os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no Governo Federal;
- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela SRA/BA, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA

tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

- 12.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante aos normativos internos da SRA/BA atinentes ao tema, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 12.3. A CONTRATADA não poderá, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais a qualquer terceiro.
- 12.4. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou dados pessoais sensíveis implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.
- 12.5. A CONTRATADA cooperará com a SRA/BA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;
- 12.6. A CONTRATADA deverá informar imediatamente a SRA/BA quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto se essa atividade estiver prevista no objeto contratual ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
- 12.7. Referida solicitação relaciona-se aos dados do titular tratados pelo controlador no curso da execução contratual, devendo o requerimento atender aos termos do art. 18 da LGPD.
- 12.8. Na hipótese de uma violação de Dados Pessoais, a CONTRATADA por intermédio do preposto informará a CONTRATANTE, por escrito, acerca da violação dos Dados Pessoais, em prazo não superior a 12 (doze) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação.
- 12.9. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão, dentre outras:
- I - descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados implicados;
  - II - descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos Dados Pessoais; e
  - III - descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.
- 12.10. A critério da SRA/BA, a CONTRATADA poderá ser instada a elaborar um relatório de impacto, conforme a existência de risco inerente ao serviço objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
- 12.11. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste instrumento e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A gestão do Contrato será de responsabilidade da GESCON/DRL/SRA/BA.
- 15.10. Cabe ao gestor e aos agentes fiscalizadores anotar no Relatório de Acompanhamento da Execução Contratual, disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, com fundamento na Portaria nº 2105, de 18 de outubro de 2019 (SEI nº 4774155), c/c §1º, art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 15.11. O(s) Relatório(s) de Acompanhamento da Execução Contratual deverá(ão) ser incluído(s) nos autos de "Gestão do Contrato: Acompanhamento da Execução", visando dar suporte ao Gestor quanto à execução do contrato, especialmente no momento do atesto da despesa e nas eventuais prorrogações contratuais.
- 15.12. Referido(s) relatório(s) será(ão) elaborado(s) obrigatoriamente por ocasião do(s) pagamento(s), e sempre que a área gestora julgar necessário, devendo ser assinado(s) pelo(s) fiscal(is) do contrato e pelo preposto da empresa.
- 15.13. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.16. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade

da prestação dos serviços realizada.

15.17. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.18. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.22. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.23. A CONTRATANTE poderá estabelecer reuniões periódicas, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do seu corpo técnico.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Nível Mínimo de Serviços Exigidos (NMSE)** conforme o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A utilização do **NMSE** não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.3. Quanto ao **Método de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços, com vistas à aceitação e ao pagamento (NMSE)**:

- a) Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, tais como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.
- b) A Gestão e/ou Fiscalização Contratual, com fundamento nas disposições da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, executarão a AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA CONTRATADA, com base no Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE), definido a seguir:
- c) O indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA). A finalidade deste indicador será a de permitir que a Gestão e/ou Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA.
- d) A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) maior ou igual a 9,5.
- e) A forma de acompanhamento dar-se-á através da verificação, pela Gestão e/ou Fiscalização Contratual, da incorrência da CONTRATADA nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências” a seguir:

Tabela - Ocorrências

| Item | Descrição   | Incidência                             | Pontos Perdidos |
|------|---|--|-----------------|
| 1    | Entregar documento de cobrança em prazo superior a 30 dias úteis após o período de apuração do serviço realizado  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 2    | Cobrança por serviços não prestados ou cobrança de valores em desacordo com o contrato  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 3    | Enviar fatura e/ou detalhamento da fatura com erro, após pedido de correção pela fiscalização contratual  | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 4    | Transferir a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços/fornecimento do objeto para terceiros.  | Por ocorrência                         | 0,2 ponto       |
| 5    | Descumprir quaisquer itens do edital, contrato e seus anexos.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 6    | Recusar-se a executar algum serviço que esteja previsto contratualmente.  | Por serviço, por dia                   | 0,5 ponto       |
| 7    | Alocar materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em desconformidade com a qualidade ou quantidade especificadas.  | Por ocorrência                         | 0,5 ponto       |
| 8    | Não realizar suporte em caso de falha nos entroncamentos, bem como nos demais componentes ou equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 9    | Não comunicar as interrupções programadas dos serviços, ao respectivo agente de fiscalização contratual.  | Por ocorrência                         | 0,1 ponto       |
| 10   | Não disponibilizar mensalmente, para fins de conferência prévia pelo agente de fiscalização contratual, arquivo eletrônico contendo informações ou detalhamentos necessários à conferência dos serviços utilizados, incluindo seu valor total, impostos e descontos, em conformidade com o preço contratado, no padrão Febraban (versão 3 ou superior, formato .txt) ou ainda no padrão que a Anatel venha a definir por meio de Resolução. | Por ocorrência                         | 0,8 ponto       |
| 11   | Não reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 12   | Deixar de atender os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.  | Por ocorrência                         | 0,5 ponto       |
| 13   | Não manter sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, no mínimo, dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.  | Por ocorrência                         | 1,0 ponto       |
| 14   | Deixar de registrar as chamadas de saída pelo número individual de origem (Prefixo + MCDU), tal como é realizado nas chamadas originadas por meio de celulares.   | Por ocorrência                         | 0,3 ponto       |
| 15   | Não realizar, no prazo previsto na legislação vigente, a portabilidade numérica para todos os ramais (DDR) existentes.  | Por ocorrência, por localidade         | 0,5 ponto       |
| 16   | Não disponibilizar a funcionalidade Discagem Direta a Ramal (DDR) que permite ao público externo acessar diretamente os ramais das unidades sem a necessidade de passar por uma telefonista ou por uma Unidade de Resposta Auditável (URA).   | Por ocorrência, por localidade         | 0,1 ponto       |
| 17   | Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registros das ocorrências (por chamada não atendida)   | Por ocorrência                         | 0,1 ponto       |
| 18   | Atraso no atendimento e resolução de chamados após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços. A contabilização do atraso ocorrerá no regime 24x7  | Por ocorrência e por dia               | 0,5 ponto       |
| 19   | Atraso na habilitação e ativação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas corridas de atraso além do prazo definido para a habilitação, contabilizados no regime 24x7   | Por ocorrência e por período de atraso | 0,5 ponto       |

f) O procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a ocorrência por parte da CONTRATADA nas situações previstas na tabela acima, deverão ser descontados os pontos correspondentes.

g) A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês.

h) O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:  $NMA = 10 - \sum \text{pontos\_perdidos}$ .

h) Os níveis de serviço terão INÍCIO DE VIGÊNCIA a partir do início de vigência do contrato.

16.3.1. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas prevista no art. 15, XVII, "c", da Instrução Normativa Nº. 02/SLTI/MPOG, dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

- a) Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 sujeitará a CONTRATADA a simples notificação.
- b) A faixa específica de tolerância que ensejará adequações no(s) pagamento(s) da CONTRATADA e abaixo da qual a sujeitará às sanções legais será o intervalo compreendido entre uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,3 e maior ou igual a 8,3. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita a adequação de 1% no valor do pagamento devido para o período, a cada décimo de ponto perdido abaixo de 9,3 e acima de 8,3.

#### 16.4. Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NMSE)

16.5. Para a disponibilidade dos serviços: SLA de 99,6% (noventa e nove vírgula seis por cento) ao mês;

16.6. Para a recuperação dos serviços com interrupção total ou parcial: 8 (oito) horas após registro de protocolo;

16.7. Para correção de erros, como: degradação da qualidade de voz, incompletude de chamadas, não recebimento de chamadas e incidência de taxas de erros, a CONTRATADA deverá resolvê-los em até 12 (doze) horas após o registro do protocolo.

16.8. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

### 17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo. Salienta-se que os recebimentos provisórios e definitivos serão emitidos apenas para instalação/habilitação de STFC e mudança de endereço. Os demais itens serão recebidos por meio do Relatório de Acompanhamento da Execução Contratual.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória (etapas 8 e 9 do da "Tabela - Cronograma de execução físico-financeiro") do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório, no caso de mudança de endereço da prestação do serviço, será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao término da instalação/habilitação de STFC e mudança de endereço, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir termo de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **no caso concreto Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NMSE)**.

17.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir da prestação do serviço mensal, exceto para os itens referentes à mudança de endereço a prestação do serviço, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.5.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para atesto da cobrança.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### 18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.5. O documento de cobrança deverá ser peticionado diretamente pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na opção "Processo Novo --> Tipo do processo: 'Contratações: Processo de Pagamento'".

18.6. Para que o peticionamento seja possível é imperterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro de usuário externo no SEI, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>

18.7. Caso o representante da CONTRATADA não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, não será possível a realização do atesto.

18.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.10.1. o prazo de validade;

18.10.2. a data da emissão;

18.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

- 18.10.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.10.5. o valor a pagar; e
- 18.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.12. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.12.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.12.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.12.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.16. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.18. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.20. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.22. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.23. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|                |                       |  |
|----------------|-----------------------|--|
| $I = (TX)/365$ | $I = (6 / 100) / 365$ | $I = 0,00016438$<br>TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------------|-----------------------|--|

- 18.24. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.
- 18.25. A CONTRATADA tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso imputável, exclusivamente, à Administração Pública (art. 15 da Lei nº 10.192/2001, arts. 394, 395 e 397 do Código Civil e art. 54, caput, da Lei nº 8.666/1993).

## 19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 20.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 20.6. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.7. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.8. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.9. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.11. A apólice de seguro garantia somente será aceita após verificação no site da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.
- 20.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.13. A carta fiança e fiança bancária somente poderão ser prestadas por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central, nos termos da Lei nº 4.595/64 e da Resolução CMN nº 2325/96.
- 20.14. Para fins de comprovação da cláusula supra será consultada certidão de autorização de funcionamento emitida eletronicamente pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras, a qual será aceita até 30 (trinta) dias após sua emissão
- 20.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 20.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.19. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.20. Será considerada extinta a garantia:
- 20.20.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.20.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.22. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.2.2. **Multa de:**
- 21.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.2.2.2. 3% (três por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.2.2.3. 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante da **tabela 1 (abaixo)** e "**Tabela - Obrigações da CONTRATADA**" **(presente no item 11 deste documento)**;
- 21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência
- 21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos

causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a **tabela 1 (abaixo) e "Tabela - Obrigações da CONTRATADA" (presente no item 11 deste documento):**

**Tabela - Grau de penalidade**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                                  |
|------|--|
| 1    | até 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2    | até 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3    | até 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4    | até 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5    | até 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

21.15. A apuração dos níveis mínimos de serviço, bem como sanções serão apuradas por meio de relatório gerencial a ser fornecida pela CONTRATADA ou por outro meio de apuração a ser definido pela CONTRATANTE.

## **22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.4. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.5.1. Valor Global: **R\$ 193.690,72 (cento e noventa e três mil seiscentos e noventa reais e setenta e dois centavos).**

22.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. O valor total estimado para este certame, pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 193.690,72 (cento e noventa e três mil seiscentos e noventa reais e setenta e dois centavos)**. Os valores máximos estimados estão detalhados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

23.2. A contratação contempla a realização de chamadas GRATUITAS (0800, SERVIÇOS e EMERGÊNCIA), entre outros, porém eles não foram incluídos na tabela acima, uma vez que essas ligações não são tarifadas.

## **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, informados no processo nº 12600.100674/2022-47, documento SEI nº 28554768.



# Estudo Técnico Preliminar 12/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 12600100674202247

## 2. Descrição da necessidade

2.1 O objeto do estudo é a contratação conjunta da prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, inclusos todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais, para atender de forma ampla às demandas de diversos das Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2.2 É necessário garantir a continuidade da prestação dos serviços de telefonia fixa (STFC) nas modalidades local, LDN e LDI atualmente em uso por todas as Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com vistas a manter em pleno funcionamento do STFC como recurso de apoio às áreas finalísticas.

2.3. Atualmente as seguintes Unidades descentralizadas encontram-se sem contratos vigentes, em reconhecimento de dívida: GRA/SC; GRA/AL; SRA/CE; SRA/PE e SRTB/RJ.

2.4. As demais unidades encontram-se na seguinte situação:

2.4.1 GRA/MT: 02 Contratos com vigência até 04/2023.

2.4.2 GRA/RO: Contrato 06CT2015, Contrato 006CT2016, Contrato 02CT2022 e Contrato 006CT2021

2.4.3 SRA/PR: Contrato 2016TL0020 com vigência até 06/11/2022, Contrato 008/2019 com vigência até 31/12/2022 e Contrato 009/2019 com vigência até 31/10/2022;

2.4.4 SRA/BA: Contrato 04/2019 com vigência até 12/2022.

2.4.5 SRA/PA : Contrato nº 01/2021 com vigência até 11/04/2023; Contrato nº 08/2019 com vigência até 06/10/2023; Contrato nº 09/2019 com vigência até 26/10/2023.

2.4.6 GRA/RR: Contrato nº 10/2021 com vigência até 31/12/2022.

2.4.7 SRA/MG: Contrato nº 05/2017 e Contrato nº 06/2017.

2.5. Assim, pretende-se manter a disponibilidade dos Serviços de Telefonia Fixa - STFC com no mínimo os mesmos níveis de disponibilidade e qualidade dos contratos que serão substituídos, evitando gerar prejuízos às atividades laborais dos colaboradores e à prestação dos serviços disponibilizados pelas GRAs e SRAs

2.6. No mais, a demanda deve também utilizar tecnologia compatível com a central telefônica atualmente em uso nas Unidades Descentralizadas

2.7. O OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1269/2022/ME1 determinou o seguinte:

2.7.1 Considerando o objetivo estratégico de “promover a centralização, especialização e desburocratização dos serviços providos pela Secretaria de Gestão Corporativa”, a Coordenação-Geral de Inovação e Gestão de Serviços-CGSER iniciou, em meados de 2021, o Projeto 8.1 - Especialização de Contratações das Unidades descentralizadas, com o objetivo de elaborar e implementar um novo modelo de contratações para a SGC nos estados.

2.7.2 Inicialmente, foi realizado um extenso estudo com as unidades, com o intuito de avaliar a força de trabalho e o volume de contratações por unidade, permitindo o desenho de cenários possíveis para viabilizar a especialização de contratações. Concluiu-se que o cenário mais adequado à realidade atual é a especialização de determinadas unidades na contratação de objetos passíveis de serem especializados, tais como manutenção predial, aquisições de materiais permanentes, serviços contínuos comuns e terceirizações em geral.

2.7.3 Implementando o referido cenário, espera-se que as unidades obtenham benefícios como redução da quantidade de licitações realizadas e contratos a serem geridos, ganho de escala nas contratações e otimização da força de trabalho.

2.8. Nesse sentido, conforme apresentado em reunião com as unidades descentralizadas, realizada em março de 2022, iniciou-se a etapa piloto do Projeto 8.1, em que cinco objetos serão especializados em cinco unidades, no ano de 2022, quais sejam:

2.8.1 GRA do Espírito Santo: especialização da aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletrônicos e mobiliário);

2.8.2 GRA de Santa Catarina: especialização da contratação de manutenção de ar-condicionado;

2.8.3 SRA da Bahia: especialização da contratação de telefonia;

2.8.4 SRA do Rio de Janeiro: especialização da contratação de agenciamento de viagens;

2.8.5 SRA de Minas Gerais: especialização da contratação de vigilância.

2.9 Deste modo, objetiva este ETP a cumprimento à determinação da Coordenação-Geral das unidades desconcentradas emanada no Ofício em epígrafe.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante  | Responsável                       |
|--|-----------------------------------|
| Superintendência Regional de Administração do ME na Bahia (SRA/BA)             | Railton Lopes dos Santos          |
| Superintendência Regional de Administração do ME no Rio de Janeiro (SRA/RJ)    | Davi Oliveira da Silva            |
| Gerência Regional de Administração do ME no Amazonas (GRA/AM)                  | Claudio Rodrigues leal            |
| Gerência Regional de Administração do ME no Mato Grosso (GRA/MT)               | Samuel Wesley M. C. Kaiser        |
| Gerência Regional de Administração do ME no Amapá (GRA/AP)                     | Auridan José de Lima              |
| Superintendência Regional de Administração do ME no Ceará (SRA/CE)             | Jannsen Rebouças Pereira          |
| Superintendência Regional de Administração do ME no Paraná (SRA/PR)            | Mauro Nicolossi                   |
| Superintendência Regional de Administração do ME em Pernambuco (SRA/PE)        | Fernando Antonio de Farias        |
| Gerência Regional de Administração do ME no Espírito Santo (GRA/ES)            | Paulo Sérgio Alberto              |
| Superintendência Regional de Administração do ME em Minas Gerais (SRA-MG)      | Warley Maciel Campos              |
| Gerência Regional de Administração do ME em Alagoas (GRA/AL)                   | Bruno Gabriel de Araújo           |
| Superintendência Regional de Administração do ME no Pará (SRA/PA)              | Rosângela Fragoso                 |
| Gerência Regional de Administração do ME em Santa Catarina (GRA/SC)            | Carla de Souza Grigório Costa     |
| Superintendência Regional de Administração do ME em São Paulo (SRA/SP)         | Francisco Emanuel de Sousa Torres |
| Gerência Regional de Administração do ME em Rondônia (GRA/RO)                  | Nilson Januário de Souza          |
| Gerência Regional de Administração do ME no Piauí (GRA-PI)                     | MARCO ANTONIO OSÓRIO DA COSTA     |
| Superintendência Regional de Administração do ME no Rio Grande do Sul (SRA/RS) | João Togni                        |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Da execução indireta:

4.2. O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

4.3. Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.4. Estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, decide-se por instruir o processo para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante de contratação de empresa que cumpra os requisitos a seguir elencados.

4.5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 4.6. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

#### **Requisitos de negócio**

O serviço deverá ser disponibilizado nas localidades listadas no Anexo V do Edital, e poderão sofrer mudança de endereço entre a publicação do edital e o início da execução contratual sem pagamento adicional e prejuízo da prestação do serviço.

Eventuais solicitações de mudança de endereço devem estar condicionadas a disponibilidade técnica no endereço solicitado por parte da CONTRATADA.

Caso a CONTRATADA não possua viabilidade técnica para atendimento das solicitações de mudança de endereço não será penalizada.

A CONTRATADA deverá fornecer o detalhamento de faturas telefônicas no padrão Febraban (versão 3 ou superior, formato .txt) e/ou ainda no padrão que a própria SRA/BA venha a definir por meio de Resolução.

Permitir a identificação do número de origem da chamada, quando do recebimento de chamadas encaminhadas pela operadora à Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT).

Os serviços deverão ser prestados de maneira ininterrupta, 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, com garantia de disponibilidade anual mínima de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), salvaguardados os casos de interrupções programadas.

As chamadas locais devem se tarifadas por minuto, podendo ser fixo-fixo ou fixo-móvel.

As chamadas devem ser realizadas sem a intervenção de operador.

Deverá ser realizada a portabilidade numérica, caso a empresa vencedora do certame não seja a atual prestadora do serviço. Devendo manter a atual numeração utilizada pelas Unidades Descentralizadas do MGI.

Será aceito a tecnologia SIP, se a central disponível não suportar tal tecnologia, necessário o fornecimento para conversor para a sinalização que estiver disponível e deverão ser suficientes para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico.

Se aceita a tecnologia SIP, esta deverá ser provida juntamente com franquia de voz em minutos. Cada ramal deverá possuir uma franquia ilimitada por um valor fixo, excetuado LDI que deverá ser cobrado por minuto. A CONTRATADA deverá fornecer o roteador que receberá o tronco SIP.

**Poderão ser utilizados como meios de acesso pela CONTRATADA para prestação de serviço STFC qualquer tecnologia disponível no mercado, que atenda aos requisitos deste documento. A composição da solução de telefonia deverá ser apresentada quando da entrega da proposta comercial, de forma detalhada. Todos os produtos/software envolvidos na composição deverão ser informados.**

Toda atualização tecnológica de hardware, software e solução, desde que atenda aos requisitos deste documento, poderão ser ofertadas sem custos adicionais à CONTRATANTE.

## REQUISITOS DE NEGÓCIO

O serviço será prestado com MÓVEL, com fornecimento de chip homologados pela ANATEL e com fornecimento de aparelho em regime de comodato, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

## DA DEVOLUÇÃO DOS APARELHOS MÓVEIS EM COMODATO

Todos os aparelhos móveis (celulares) deverão ser devolvidos em bom estado de funcionamento, com os acessórios, em até 60 dias após o fim do Contrato, junto com uma listagem dos IMEIs dos aparelhos devolvidos. É de responsabilidade do órgão ou entidade garantir que os aparelhos sejam devolvidos na forma descrita nesse item.

**Os aparelhos fornecidos em comodato deverão possuir a seguinte especificação mínima:**

Aparelho Smartphone novo com sistema operacional Android ou IOS, versão atualizada

Dual Chip ou compatível para o uso de duas linhas no mesmo aparelho.

Rede GSM QuadriBand (850/900/1800/1900 mHz)

Nano Sim Card 4FF

Rede de dados 3G e 4G nos padrões autorizados pela ANATEL;

Processador de no mínimo 8 núcleos (Octa-core) com velocidade mínima de 1,7 GHz

Memória de armazenamento interno, capacidade mínima de 64 GB.

Memória RAM mínima de 2 GB

Tamanho de tela mínima de 6,0 Polegadas na diagonal com resolução mínima Full HD.

Bateria com capacidade mínima de 4.000 mAh.

Tela com touchscreen capacitivo e multitouch

Câmera traseira com no mínimo 8 MegaPixels e câmera frontal com no mínimo 5 MegaPixels

Conectividade: LTE 4G, 3G, Wi-fi (802.11 b/g/n), roteador wi-fi, Bluetooth 4.2 ou superior, conexão com PC via USB.

Sensor de GPS e de autorrotação de tela

Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português (impresso em papel ou online).

Funcionalidades:

Vibração, viva voz, conferência, registro de chamadas discadas/recebidas/não atendidas, bloqueio do uso de dados, modo avião, chamada em espera,

O plano possui as seguintes características de tráfego: Ligações locais para fixo e móvel ilimitadas e, Ligações de longa distância nacional para fixo e móvel ilimitadas

A empresa deverá fornecer chips, aparelhos e acessórios novos (sem uso) a título de COMODATO, para cada linha solicitada. Não serão aceitas adaptações externas e internas nos produtos visando atender às especificações exigidas. Os aparelhos a serem entregues deverão estar em linha de produção e não poderão constar da lista de aparelhos a serem descontinuados pelo fabricante.

O aparelho que apresentar algum defeito deverá ser enviado à assistência técnica do fabricante para análise sem custo para a Contratante, e, caso esteja dentro dos termos e condições de garantia terá o reparo realizado sem ônus, salvo caso o aparelho não possa ser reparado dentro dessas condições, o que acarretará na sua substituição por parte do fabricante.

Os serviços serão habilitados conforme a necessidade apresentada pela CONTRATANTE. Os aparelhos deverão ser entregues via correio ou pessoalmente pela Contratada

Toda atualização tecnológica de hardware, software e solução, desde que atenda aos requisitos deste documento, poderão ser ofertadas sem custos adicionais à CONTRATANTE.

### **Requisitos de capacitação**

Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico do serviço de telefonia fixa. As técnicas utilizadas são de domínio comum das empresas do ramo. Adicionalmente Toda a atividade inerente a manutenção do serviço cabe à empresa que será contratada.

### **Requisitos Legais**

A CONTRATADA não deverá possuir em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Todos os componentes de telecomunicações inerentes à prestação do serviço deverão estar em conformidade com a lei aplicável, com regulamentos editados pela ANATEL ou com as normas por ela adotadas.

A licitante vencedora deverá cumprir todos os procedimentos regulatórios vigentes à época da assinatura do contrato e aqueles que venham a vigor durante a execução contratual.

Abaixo são apresentadas algumas leis que deverão ser observadas. O rol adiante não é exaustivo:

Lei nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais);

Lei nº 12.965/2014 (Lei de Uso de Internet) - Caso se utilize SIP configurado em cima de enlace de dados;

Lei nº 9.472/1997 (LGT);

Leis nº 14.133/2021 e/ou 8.666/93;

Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 (Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado–STFC);

Resolução ANATEL nº 605, de 26 de dezembro de 2012 (Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC); e

Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC).

### **Requisitos temporais**

**O serviço deverá estar em funcionamento pleno em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.**

Na data acima informada deverá estar concluída a migração do serviço das operadoras atuais, que prestam o STFC, para as operadoras que irão assumir a prestação do serviço.

A operadora de telecomunicações deverá entregar o pedido de mudança de endereço em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento do pedido. A entrega consiste no STFC em pleno funcionamento.

### **Requisitos de mudança de endereço sob demanda**

Em razão de imprevisibilidade, no momento não é possível informar quais serão os novos endereços em caso de pedido de mudança de endereço da prestação do serviço. Destaca-se que necessariamente a mudança ocorrerá para endereço na mesma capital.

Cada mudança de endereço das Unidades descentralizadas do MGI abrangem uma localidade de origem e uma de destino.

Verifica-se que em média as Unidades descentralizadas do MGI não mudam mais do que 2 (duas) vezes ao ano. O número de mudanças acima apresentado não obriga a SRA/BA a demandar o mesmo quantitativo de mudança de endereço da prestação do serviço. Podendo esta Superintendência vir a demandar número maior ou menor que o apresentado acima, limitando-se a duas mudanças de endereço pelo período de 12 (doze) meses, prazo da vigência contratual, e por localidade.

As eventuais solicitações referentes a mudança de endereço devem estar condicionadas à disponibilidade técnica da CONTRATADA no endereço solicitado. Caso a CONTRATADA não possua viabilidade técnica para atendimento, não será penalizada.

### **Requisitos de segurança da informação**

A CONTRATADA deverá manter sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados e voz trafegados por meio dos enlaces utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

Compete à CONTRATANTE dar ciência à CONTRATADA da Política de Segurança e demais normas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Compete à CONTRATADA garantir que todos os profissionais que tiverem acesso ao ambiente computacional da CONTRATANTE assinem o Termo de Responsabilidade de Acesso às Soluções de TI.

A CONTRATADA não poderá armazenar consigo qualquer documento técnico que contemple configurações aplicadas nos equipamentos implantados na rede da CONTRATANTE.

Os recursos de TI da CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA ou seus prepostos para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados nesta contratação.

A CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança estabelecidas pela CONTRATANTE durante a realização de atividades no ambiente desta. Essa sujeição não caracteriza qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

### **Requisitos sociais, ambientais e culturais**

Os profissionais da CONTRATADA, que venham ocasionalmente a atuar nas dependências das Unidades descentralizadas do MGI deverão trajar-se de maneira adequada ao ambiente de trabalho e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da CONTRATANTE e seus usuários.

A CONTRATADA deverá seguir os requisitos definidos nos Guias de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) - Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC e Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição - disponíveis em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067), sempre que aplicável.

No entanto, salienta-se que não foi identificado impacto ambiental. O serviço em contratação não é poluente e não prejudica o ambiente físico e social local.

### **Requisitos de hardware e meios de transmissão**

Caberá à(s) CONTRATADA(s) disponibilizar todo o recurso computacional necessário à execução do STFC a ser prestado. Os referidos recursos não deverão gerar ônus adicional à CONTRATANTE.

Salienta-se que equipamentos como modems e roteadores, além dos cabos e demais recursos envolvidos no fornecimento do serviço STFC até o gateway das Unidades descentralizadas do MGI cabem à contratada.

As Unidades descentralizadas do MGI não fornecerão nenhum equipamento adicional aos apresentados em "Requisitos de Compatibilidade" para utilização do STFC.

Viabilizar o acesso à rede pública de telefonia comutada, por meio de canal digital dedicado e privativo.

Considerando as facilidades de acesso terrestre através de meios de transmissão ópticos fim a fim nos locais de instalação, não será aceito enlace via rádio ou satélite.

Os troncos digitais E1 ou enlaces de dados deverão ser disponibilizado sobre infraestrutura óptica até o rack nas edificações das Unidades descentralizadas do MGI.

**Requisitos de software**

Não foram identificados para o planejamento da contratação em realização requisitos de software.

**Requisitos de compatibilidade**

Os gateways acima estão instalados nas Unidades descentralizadas do MGI, nas capitais brasileiras.

O item 9.1.2 deste Termo de Referência informa a quais unidades pertencem as centrais telefônicas listadas no item 5.18.2 acima.

**Requisitos de integração**

Não foram identificados para o planejamento da contratação em realização requisitos de integração.

**Requisitos de implantação**

A Contratada deverá avaliar realizar a implantação do serviço, avaliando os possíveis impactos ao ambiente produtivo das Unidades descentralizadas do MGI, bem como o STFC quando da implantação do serviço.

Necessariamente o STFC objeto desta contratação deverá iniciar até 30 (trinta) dias corridas após a assinatura do contrato. Não será permitida interrupção do serviço entre o término dos contratos citados e início do contrato em planejamento, ressalvado o período necessário para a migração que será acordado com a equipe técnica das Unidades descentralizadas do MGI.

O prazo para implantação e migração do serviço encontra-se neste documento em "Requisitos temporais".

Entende-se como implantação: a instalação, configuração e migração do serviço. A implantação deverá disponibilizar o serviço telefônico fixo comutado de forma plena.

A implantação e operação do STFC deverão ser realizadas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

As atividades de implantação deverão ser acompanhadas pela equipe técnica das Unidades descentralizadas do MGI, quando está entender necessário.

A prestação dos serviços de implantação será realizada preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, após 19 horas, ou em dias não úteis a qualquer horário. Nos casos que as atividades não apresentem qualquer impacto negativo no ambiente ou serviços das Unidades descentralizadas do MGI, as atividades poderão ser realizadas no horário comercial.

As atividades deverão ser agendadas junto às Unidades descentralizadas do MGI, que deverá definir o dia e horário mais propício à realização das atividades.

Caso o atraso na entrega do objeto seja causado pela contratante, a contratada não sofrerá penalização pelos dias de retardo.

Caso a implantação não seja realizada de forma adequada, a Unidades descentralizadas do MGI, poderá recusar a prestação do serviço e solicitar a realização da atividade de forma adequada. Não está excluída a sanção decorrente de sua não aceitação.

Após finalização das atividades de implantação do STFC, a Contratada deverá realizar todos os testes e checagens necessárias para validação da implantação.

Caso algum problema seja verificado e seja constatado a necessidade de realizar o retorno das configurações originais, assim deverá ser feito.

**Requisitos de garantia e manutenção**

A manutenção preventiva e corretiva do serviço caberá à Contratada, que deverá atuar sempre que constatar a necessidade de manutenção.

As Unidades descentralizadas do MGI, quando verificarem a necessidade de manutenção corretiva, poderão abrir chamado na Contratada por meio de contato telefônico.

A garantia de funcionamento do serviço deverá ocorrer durante o período da vigência contratual.

**Requisitos de capacitação**

Não foram identificados requisitos de capacitação para a contratação em tela. As Unidades descentralizadas do MGI, não irão operar o serviço, apenas o consumirão.

#### **Requisitos de experiência profissional**

Não serão definidos requisitos de experiência profissional, considerando que estamos contratando serviço e está sendo definido os moldes que o serviço deverá ser prestado para as unidades. A incumbência de definir os requisitos de experiência profissional para os técnicos que deverão manter o serviço é da empresa responsável pelo serviço. Adicionalmente o serviço que a SRA/BA está contratando é comum e todos os órgãos fazem uso dele. Desta forma, a preocupação em se ter pessoas qualificadas para suportar os serviços já foi superada pelas empresas que prestam o serviço. De forma geral e histórica, o STFC utilizado pelas Unidades Descentralizadas do MGI sempre possuem qualidade suficiente para atendimento das necessidades das unidades.

#### **Requisitos de direitos autorais e propriedade intelectual**

Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer documentação decorrente da prestação do serviço serão da CONTRATANTE.

#### **Requisitos de formação da equipe de implantação do projeto**

Considerando que o STFC é um serviço comum, consolidado e de implantação rotineira pelas operadoras de telecomunicações, não existe necessidade de definir requisitos de formação da equipe de implantação do projeto. Os quadros das operadoras já estão dotados de bons profissionais com conhecimento adequado para implantações de STFC.

#### **Requisitos de metodologia de trabalho**

Trata-se de **Método de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços, com vistas à aceitação e ao pagamento (NMSE)**.

Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, tais como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

A Gestão e/ou Fiscalização Contratual, com fundamento nas disposições da Instrução Normativa no 02, de 30 de abril de 2008, executarão a AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA CONTRATADA, com base no Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE), definido a seguir:

O indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA). A finalidade deste indicador será a de permitir que a Gestão e/ou Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA.

A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) maior ou igual a 9,5.

O instrumento de medição utilizado será baseado no modelo de avaliação de prestação de serviços utilizado pela Gerência de Planejamento, Operação e Manutenção de Redes (GIMR).

O procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a ocorrência por parte da CONTRATADA nas situações previstas na tabela acima, deverão ser descontados os pontos correspondentes.

A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês.

O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:  $NMA = 10 - \sum \text{pontos\_perdidos}$ .

h) Os níveis de serviço terão INÍCIO DE VIGÊNCIA a partir do início de vigência do contrato.

A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas prevista no art. 15, XVII, “c”, da Instrução Normativa Nº. 02/SLTI/MPOG, dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 sujeitará a CONTRATADA a simples notificação.

A faixa específica de tolerância que ensejará adequações no(s) pagamento(s) da CONTRATADA e abaixo da qual a sujeitará às sanções legais será o intervalo compreendido entre uma Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,3 e maior ou igual a 8,3.

CONTRATADA estará sujeita a adequação de 1% no valor do pagamento devido para o período, a cada décimo de ponto perdido abaixo de 9,3 e acima de 8,3.



**Requisitos de Segurança da Informação**

Os equipamentos utilizados pela Contratada na prestação do serviço deverão ter seus *firmwares* atualizados em sua última versão estável.

**Requisitos de vistoria**

Requisitos tratados na seção "Vistoria para licitação"

**Requisitos de reunião inicial**

Deverá ser realizada uma reunião inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor e Fiscais do contrato, membro(s) da equipe técnica da SRA/BA e o Preposto da CONTRATADA.

A reunião realizar-se-á em ambiente virtual (internet) em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

Na ocasião da reunião inicial a SRA/BA informará à operadora os contatos dos servidores nas GRAs e SRAs que receberão os técnicos da empresa na ocasião das atividades técnicas relacionadas à análise viabilidade, resolução de problemas técnicos, etc.

**Requisitos de Níveis Mínimos de Serviços Exigidos**

Para o feixe E1 é solicitado um SLA com as seguintes especificações:

Para a disponibilidade dos serviços: SLA de 99,6% (noventa e nove vírgula seis por cento) ao mês;

Para a recuperação dos serviços com interrupção total ou parcial: 8 (oito) horas após registro de protocolo;

Para correção de erros, como: degradação da qualidade de voz, incompletude de chamadas, não recebimento de chamadas e incidência de taxas de erros, a CONTRATADA deverá resolvê-los em até 12 (doze) horas após o registro do protocolo.

As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Inicialmente destaca-se que as soluções possíveis e viáveis, para atendimento das necessidades da SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI, identificadas no mercado são:

Tabela - Análise Comparativa das Soluções

| Id. | Solução   | Descrição da solução  |
|-----|---|---|
| 1   | Contratação de serviço telefônico fixo comutado por meio de SIP | Esta solução forneceria à SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI Serviço Telefônico Fixo Comutado por meio de enlaces de comunicação de dados. A capacidade de um tronco SIP é a largura de banda disponível entre cliente e o operador. Tal solução exige que cada localidade possua um enlace de dados a ser fornecido pela empresa responsável pela prestação do STFC. A partir de cada localidade é configurado um tronco SIP para a operadora. |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  |  |
|  |  |  |

5.2 Salienta-se que não são soluções possíveis, para comparação com os cenários acima identificados, as soluções abaixo:

Tabela - Soluções inviáveis

| Id. | Descrição da solução                            | Justificativa  |
|-----|---|--|
| 1   | PABX em nuvem com fornecimento de STFC          | PABX em nuvem com fornecimento de STFC possui escopo mais amplo. Nele além do serviço telefônico fixo comutado é fornecido plataforma de telefonia IP em nuvem. No momento a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI está contratando apenas o STFC. Tal contratação também depende de estudos e aprovação prévia da Diretoria de Tecnologia do ME      |
| 2   | UCaaS (Unified Communication as a Service)      | UCaaS fornece comunicação integrada, como telefonia, chat e videoconferência. Adicionalmente os recursos citados são disponibilizados na nuvem. No momento a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI está contratando apenas STFC. Tal contratação também depende de estudos e aprovação prévia da Diretoria de Tecnologia do ME                        |
| 3   | SMP como solução única de telefonia corporativa | As facilidades providas pela central telefônica, sejam em nuvem ou não, são fundamentais para apoiar as atividades laborais dos servidores e serviços providos pelo MGI e órgãos. Exemplo de facilidades fundamentais: URA, função chefe-secretária, grupo de captura de chamadas e grupo de busca. Tais facilidades não podem ser providas por meio de SMP. |

5.3 Considerações sobre outros aspectos qualitativos relevantes:

Tabela - Demais aspectos qualitativos relevantes

| Aspectos para análise de viabilidade                       | Cenário 1 - Contratação de serviço telefônico fixo comutado por meio de E1.  | Cenário 2 - Contratação de serviço telefônico fixo comutado por meio de SIP.   |
|--|--|--|
| Esforço administrativo associado à fiscalização contratual | O esforço administrativo associado aos dois cenários é semelhante. Basicamente será feita a validação das faturas telefônicas por meio da análise das ligações telefônicas realizadas, incluindo: valor do minuto, duração da chamada, constatação se o serviço cobrado está previsto no contrato, etc. Em ambos os cenários a CONTRATANTE pagará pela quantidade de minutos utilizados de LDN (fixo-fixo e fixo-móvel), LDN e LDI. Para os dois cenários pode ser que tenhamos mais de um contrato para fiscalizar. | O esforço administrativo associado aos dois cenários é semelhante. Basicamente será feita a validação das faturas telefônicas por meio da análise das ligações telefônicas realizadas, incluindo: valor do minuto, duração da chamada, constatação se o serviço cobrado está previsto no contrato, etc. Em ambos os cenários a CONTRATANTE pagará pela quantidade de minutos utilizados de LDN (fixo-fixo e fixo-móvel), LDN e LDI. Para os dois cenários pode ser que tenhamos mais de um contrato para fiscalizar. |
|  | A reponsabilidade do ambiente operacional é da Contratada.   | A reponsabilidade do ambiente operacional é da Contratada.   |

|  |   |   |
|--|---|---|
| Responsabilidade sobre o ambiente operacional    |   |   |
| Desembolso inadequado                            | Possibilidade de desembolso inadequado é baixa. Situação pode ocorrer em caso de equívoco por parte da fiscalização contratual quando da validação das planilhas contendo o detalhamento das ligações realizadas.                         | Possibilidade de desembolso inadequado é baixa. Situação pode ocorrer em caso de equívoco por parte da fiscalização contratual quando da validação das planilhas contendo o detalhamento das ligações realizadas.                         |
| Risco de interrupção técnica do serviço          | Risco de interrupção técnica do serviço é baixo.  | Risco de interrupção técnica do serviço é baixo.  |
| Atendimento aos requisitos definidos pela ANATEL | Atendimento pleno.  | Atendimento pleno.  |
| Qualidade dos serviços de telefonia              | Boa   | Boa   |
| Complexidade da migração                         | Baixa   | Média   |
| Implantação e migração da solução                | Deverá ser instalado feixe E1 em cada uma das localidades conforme tabela. A migração deverá ser realizada em janela agendada junto à equipe técnica das unidades participantes da contratação para evitar o mínimo de indisponibilidade. | Deverá ser instalado feixe E1 em cada uma das localidades conforme tabela. A migração deverá ser realizada em janela agendada junto à equipe técnica das unidades participantes da contratação para evitar o mínimo de indisponibilidade. |

5.4 Avaliação de possíveis softwares disponíveis no portal do software público que supririam a necessidade.

5.5 Os itens da licitação de referem à serviços, não cabendo qualquer pesquisa no Portal de Software Público Brasileiro.

5.6 Considerações sobre a possibilidade de ampliação ou substituição da solução implantada (Alínea "i" Inciso II, art. 11 da Instrução Normativa 01 de 04 abril de 2019/ASSES/SGD/ME).

5.7 Este planejamento não tem como objeto nenhuma solução. Desta forma, não se pode falar em substituição ou ampliação. Objetiva-se contratar serviço, especificamente Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

#### 5.8 Análise de projetos similares realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública

5.8.1 Foram identificados os seguintes projetos similares realizados por outros órgãos da Administração Pública. Salienta-se que na tabela abaixo foram apresentados os valores após negociados com as empresas. Valores estes apresentados no termo de

homologação. Adicionalmente os valores foram apresentados para os quantitativos dos órgãos de origem. Os preços passíveis de utilização para composição de valores estimados foram calculados para os quantitativos a serem contratados pelas Unidades Descentralizadas , e apenas em relação ao(s) item(s) e ou grupo(s) análogo(s) que se deseja contratar.

Tabela - Projetos similares na Administração Pública

| Item | Descrição do item | Órgão                                    | Nº Pregão Eletrônico (PE) | UASG   | Objeto   | Valor da contratação<br>Constante do Termo de Homologação  |
|------|-------------------|--|---------------------------|--------|--|--|
|      |                   | SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL DA 8A.RF/SP | PE nº 02 /2022            | 170133 | Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades local e longa distância, nacional e internacional, através de entroncamentos digitais E1, e Assinatura mensal de linha direta para as unidades da RFB localizadas em municípios do Estado de São Paulo   | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação , alguns valores poderão ser aproveitados. |
|      |                   | SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 7A.RF/RJ    | PE nº 09 /2022            | 170116 | Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades local e longa distância, nacional e internacional, através de entroncamentos digitais E1, e Assinatura mensal de linha direta não residencial ou tronco analógico ou digital para as unidades da RFB /RJ | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação , alguns valores poderão ser aproveitados. |
|      |                   |  |                           |        |  |  |

|         |   |   |                   |        |  |  |
|---------|---|---|-------------------|--------|--|--|
| 1 ao 29 | Prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) para a SRA/BA e Unidades Descentralizadas do ME, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN)) e Longa Distância Internacional (LDI) com instalação e assinatura de entroncamentos digitais (feixes E1) e ramais DDR, inclusive todos os serviços de instalação e configuração de links, assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet (sob demanda), a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento e seus anexos para atender de forma ampla às demandas de diversos das Unidades | PODER JUDICIÁRIO/<br>Seção Judiciária do<br>Tocantins | PE nº 07<br>/2022 |        | Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel), pós pago, na modalidade Local e Longa Distância Nacional (LDN) através de entroncamentos digitais E1.   | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação, alguns valores poderão ser aproveitados |
|         |   | SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ME/PE            | PE nº 07<br>/2022 | 170055 | Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel), pós pago, na modalidade Local e Longa Distância Nacional (LDN) através de entroncamentos digitais E1. visa atender às necessidades da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de Pernambuco, da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 5 Região e da Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco SRTb/PE | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação, alguns valores poderão ser aproveitados |
|         |   |   |                   |        | Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para   | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de   |

|  |   |  |                |        |   |   |
|--|---|--|----------------|--------|---|---|
|  | Descentralizadas do Ministério da Economia. | COORDENACAO-GERAL DE TELEMATICA-DPF/DF | PE nº 02 /2022 | 200342 | fornecimento de entroncamentos digitais dedicados (links E1) e prestação de serviço de Discagem Direta a Ramal (DDR) de forma contínua.   | preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação , alguns valores poderão ser aproveitados  |
|  |   | AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES   | PE nº 01 /2022 | 413001 | contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) para a ANATEL em todas as capitais brasileiras, para realização de ligações nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) e recebimento de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal - DDR), | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível, como referência de preços. Embora a divisão dos itens do edital seja diferente da divisão de itens do planejamento da contratação , alguns valores poderão ser aproveitados |
|  |   |  |                |        | Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, modalidades LOCAL, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância   | Valores da contratação serão aproveitados, no que for possível,   |

|  |  |   |                   |       |   |   |
|--|--|---|-------------------|-------|---|---|
|  |  | JUSTICA FEDERAL<br>DE 1A. INSTANCIA -<br>SC | PE nº 14<br>/2022 | 90019 | Internacional<br>(LDI), para<br>chamadas<br>telefônicas do<br>tipo fixos para<br>fixo e fixo para<br>móvel; bem<br>como a assinatura<br>mensal para<br>acesso digital de<br>voz -feix e /<br>Link E1;<br>assinaturas para<br>faixa de<br>numeração DDR<br>(discagem direta<br>ramal), | como referência de<br>preços. Embora<br>a divisão dos itens<br>do<br>edital seja diferente<br>da divisão de itens<br>do planejamento da<br>contratação, alguns<br>valores poderão ser<br>aproveitados |
|--|--|---|-------------------|-------|---|---|

#### 5.8.2 Disponibilidade de cenários similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública

5.8.3 Inicialmente cabe informar que as pesquisas para identificação de contratações com cenários semelhantes foram realizadas no Comprasnet e no Pannel de Preços do Governo Federal doc sei nº26295505 e 26541179.

5.8.4 Analisando-se os projetos similares realizados por outros órgãos da Administração Pública Federal, observa-se que os órgãos contrataram serviços semelhantes aos planejados.

5.8.5 A finalidade de se verificar a existência de cenários similares em outros Órgão ou entidades da Administração Pública, é evitar que se trabalhe com cenários inviáveis, antieconômicos, inexistentes, com pouca ou nenhuma possibilidade de sucesso. As contratações tomadas como base, tiveram no mínimo sucesso no processo de contratação, foram homologadas pelos órgãos ou entidades. Essa análise que ora fazemos não exclui o insucesso da contratação, mas pode diminuir a probabilidade de ocorrência, evitando onerar a Administração Pública de custos indevidos.

5.8.6 Em relação às contratações apresentadas acima, observa-se que os serviços em planejamento se assemelham aos contratados em outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Salienta-se que STFC-Local, STFC-LDN e LDI são comumente contratados de acordo com a necessidade de cada órgão/entidade, gerando pequenas diferenças nas contratações. Enquanto algumas previram atender várias localidades, outras apenas um único local. As contratações em sua maioria facultaram às empresas de telecomunicações a adoção de SIP ou E1 para fornecimento do STFC e em sua maioria consideraram itens de taxa de instalação de STFC e assinatura mensal de entroncamento. Algumas contratações inseriram também assinatura mensal de bloco de DDR.

5.8.7 Diante da situação apresentada, verifica-se que esta Superintendência não está inovando na contratação. Os serviços desejados foram contratados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública. Fica claro que existem diferenças entre as contratações, mas nada tão diferente de um órgão para outro. Não se observam formas muito diferentes de se contratar STFC, apenas pequenas distinções em pontos específicos para atendimento das necessidades próprias de cada contratante, ou ainda distinções decorrentes do entendimento de cada órgão a respeito dos itens que devem se apresentar segregados ou não. De forma geral, estamos seguindo o mesmo caminho das contratações que obtiveram êxito.

#### 5.9 Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como bem e serviço comum

5.9.1 Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.9.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.9.3 Os serviços a serem contratados deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a contratação conjunta da prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, inclusive todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet (sob demanda), para atender de forma ampla às demandas de diversos das Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

6.2 A realização de chamadas GRATUITAS (0800, serviços e emergência), entre outros, não foram incluídos na tabela acima, uma vez que essas ligações não são tarifadas.

### 6.3 Serviços que compõem a solução

6.3.1 Instalação/habilitação de STFC: valor a ser pago pela instalação e habilitação do STFC, por meio de Linhas diretas não residencial ou tronco analógico ou digital, valor cobrado uma única vez pela instalação/habilitação do serviço, em cada localidade prevista neste documento.

6.3.2 Chamada local (Local-FF) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo (Fixo-Fixo): Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones fixos nesta mesma área (LOCAL-FF);

6.3.3 Chamada local (VC1) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (Fixo-Móvel).

6.3.4 Assinatura mensal de linha direta não residencial ou tronco analógico ou digital: o serviço consiste na disponibilização Assinatura mensal de linha direta e será pago mensalmente à CONTRATADA.

6.3.5 Assinatura mensal de faixa de numeração DDR: valor pago mensalmente pela disponibilidade dos blocos DDR para a Agência. Os serviços telefônicos devem ser migrados assegurando-se a manutenção dos mesmos identificadores de número telefônico atualmente em uso na instituição e a CONTRATADA deve manter os ramais DDR em pleno funcionamento durante a vigência contratual;

6.3.6 Mudança de endereço (Sob demanda): serviço realizado sob demanda, quanto houver mudança de endereço de qualquer unidade. Caso não seja solicitada mudança de endereço, não cabe desembolso para o item em questão;

6.3.7 Chamada de Longa Distância Nacional (LDN-FF-QO - degrau 1 a 4) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo, independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários (LDN-Fixo-Fixo): Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (degraus 1 a 4), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FF-QO);

6.3.8 Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (LDN VC2 e VC3 - Fixo-Móvel): Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FM-QO) e Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas locais, em todo o país (LDNFM/QO);

6.3.9 Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo e destinada a qualquer país/região em terminal fixo e móvel (LDI - STFC - F/FM): Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Internacional, assim



entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis e fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais para qualquer país/região do mundo (LDI-STFC-F/FM).

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O volume de minutagem de STFC que temos a intenção de contratar encontra-se no artefato "Planilha - Minutagem" registrado sob o **SEI nº 30753088** e se baseou nos Documentos de Formalização de Demandas, apresentado pelas Unidades Descentralizadas do MGI que fazem parte da contratação, desta forma, o quantitativo de minutos a ser contratado não se constitui em compromisso de utilização total da referida minutagem por esta Agência.

7.2 O histórico de utilização considerou a minutagem de:

7.2.1 Chamada local originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo (Fixo-Fixo);

7.2.2 Chamada local originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (Fixo-Móvel);

7.2.3 Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal fixo, independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários (LDN-Fixo-Fixo);

7.2.4 Chamada de Longa Distância Nacional (LDN) originada em terminal fixo e destinada a terminal móvel (VC2 e VC3 - Fixo-Móvel); e

7.2.5 Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM).

7.3 Tendo em vista que o padrão de uso de STFC pelos usuários, de telefonia, mudou em razão da pandemia em curso, e que existe imprevisibilidade quanto ao seu término/controle ou ainda em relação ao regime de trabalho a ser adotado posteriormente, a SRA/BA precisou se basear no padrão de uso das contratações anteriores das unidades, para não incorrer em contratação de minutagem insuficiente caso o padrão de uso original seja retomado.

7.4 Deve-se considerar ainda outro ponto de incerteza que reflete na estimativa do volume de minutos para contratação - o Programa de Gestão por Desempenho (PGD), que está sendo experimentado pelo ME e permite que os servidores trabalhem de casa. Não se sabe até o momento se o PGD será adotado de forma definitiva em todos os órgãos participantes da contratação influenciando no padrão de uso de STFC pelos servidores e colaboradores.

7.5 A minutagem para realização de chamada local, tanto para terminal fixo quanto móvel, foi definida por localidade.

7.6 Em relação à assinatura mensal Linhas Analógicas, os quantitativos são diversos para cada localidade.

7.7 Em relação a mudanças de endereço, visa contratar duas mudanças por localidade, que poderá ser utilizada sob demanda, considerando que não existe previsibilidade quanto a localidade que sofrerá mudança de endereço. Novamente, o volume a ser contratado não obriga a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI a executar todo o quantitativo, devendo pagar apenas pelas mudanças de endereço efetivamente realizadas.

7.8 Em relação a disponibilização do serviço de acesso a internet banda larga ADSL, as solicitações deverão ser realizadas por meio de OS, contendo endereço da localidade, que poderá ser utilizada sob demanda, considerando que não existe previsibilidade quanto a localidade que necessitará do serviço. Novamente, o volume a ser contratado não obriga a SRA/BA e as Unidades Descentralizadas do MGI a executar todo o quantitativo, devendo pagar apenas pelos serviços efetivamente prestados.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 193.680,72

8.1 O valor referencial para a contratação do serviço é de R\$ 193.680,72 (cento e noventa e três mil seiscentos e oitenta reais e setenta e dois centavos).

8.2 A pesquisa de preços para formação de valores de referência utilizará os parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, com priorização dos parâmetros contidos nos incisos I e II do art 5º da referida norma, a saber:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

8.3 Além das fontes acima, para composição do preço referencial, a equipe de planejamento da contratação realizou/adotou:

8.4 Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação;

8.5 O valor estimado para análise preliminar da viabilidade da contratação é de R\$ 16.140,06 (dezesesseis mil cento e quarenta reais e seis centavos) mensal e R\$ 193.680,72 (cento e noventa e três mil seiscentos e oitenta reais e setenta e dois centavos) para o período de 12 (doze) meses.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 No intuito de fomentar a competição entre licitantes, a Equipe de Planejamento da Contratação tentou parcelar os diferentes elementos da solução dentro da segurança no alcance dos resultados pretendidos com a contratação.

9.2 Considerando que o parcelamento da solução é a regra, inserimos em grupo o que de fato é fundamental. Também foi observado o risco de agrupar itens que normalmente não são prestados por uma única empresa.

9.3 Na fase de planejamento da nova contratação, foi identificada a possibilidade administrativa de fracionamento do objeto em diferentes grupos enquanto forma de fomentar a competitividade. A regra é resguardada pela Lei nº 8.666/93, em vários de seus dispositivos. Adicionalmente, o parcelamento proposto para a solução não resultará em perda de escala.

9.4 O art. 23, § 1º da Lei de Licitações determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.5 Ademais, o parcelamento se configura como tecnicamente viável.

9.6 O critério considerado para definição dos grupos foi a divisão por unidade federativa. Para cada um destes grupos, foram segregados em itens distintos a assinatura mensal plano de Voz ilimitado Fixo- Fixo, Fixo-Móvel, (LDN-Fixo-Fixo) independentemente de distância geodésica ou de degraus tarifários, (nacional),(LDN-Fixo-Móvel - VC2 e VC3 - Fixo-Móvel) com fornecimento de aparelhos em regime de comodato e chamadas de Longa Distância Internacional (LDI) originadas das linhas direta em terminal fixo e destinada a qualquer país/região (LDI - STFC - F/FM). Tal divisão visa aumentar a competitividade do certame, possibilitando a participação de prestadores de serviço de menor porte. Com a participação de um maior número de licitantes, também aumenta significativamente a possibilidade de sucesso na contratação, evitando assim que alguma das unidades não tenha os serviços contratados.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Atualmente as seguintes Unidades descentralizadas encontram-se sem contratos vigentes, em reconhecimento de dívida: GRA/AL; SRA/CE; SRA/PE e SRTb/RJ.

10.2 A contratação em planejamento visa dar continuidade aos serviços prestados por meio dos contratos abaixo, em razão da proximidade do término das vigências.

- GRA/MT: 02 Contratos com vigência para 04/2023;
- GRA/RO: Contrato 06CT2015, Contrato 006CT2016, Contrato 02CT2022 e Contrato 006CT2021;
- SRA/PR: Contrato 2016TL0020 com vigência para 06/11/2022, Contrato 008/2019 e Contrato 009/2019 com vigência para 31/10/2022;
- SRA/BA: Contrato 04/2019 com vigência para 12/2022;
- SRA/PA : Contrato nº 01/2021 com vigência para 11/04/2023; Contrato nº 08/2019 com vigência para 06/10/2023; Contrato nº 09/2019 com vigência para 26/10/2023.
- GRA/RR: Contrato 10/2021 com vigência para 31/12/2022;
- SRA/MG: Contrato nº 05/2017 e Contrato nº 06/2017.

10.3 Assim, pretende-se manter a disponibilidade dos Serviços de Telefonia Fixa - STFC com no mínimo os mesmos níveis de disponibilidade e qualidade dos contratos que serão substituídos, evitando gerar prejuízos às atividades laborais dos colaboradores e à prestação dos serviços disponibilizados pelas GRAs e SRAs.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1269/2022/ME1 determinou o seguinte:

1. Considerando o objetivo estratégico de “promover a centralização, especialização e desburocratização dos serviços providos pela Secretaria de Gestão Corporativa”, a Coordenação-Geral de Inovação e Gestão de Serviços-CGSER iniciou, em meados de 2021, o Projeto 8.1 - Especialização de Contratações das Unidades descentralizadas, com o objetivo de elaborar e implementar um novo modelo de contratações para a SGC nos estados.
2. Inicialmente, foi realizado um extenso estudo com as unidades, com o intuito de avaliar a força de trabalho e o volume de contratações por unidade, permitindo o desenho de cenários possíveis para viabilizar a especialização de contratações. Concluiu-se que o cenário mais adequado à realidade atual é a especialização de determinadas unidades na contratação de objetos passíveis de serem especializados, tais como manutenção predial, aquisições de materiais permanentes, serviços contínuos comuns e terceirizações em geral.
3. Implementando o referido cenário, espera-se que as unidades obtenham benefícios como redução da quantidade de licitações realizadas e contratos a serem geridos, ganho de escala nas contratações e otimização da força de trabalho.
4. Nesse sentido, conforme apresentado em reunião com as unidades descentralizadas, realizada em março de 2022, iniciou-se a etapa piloto do Projeto 8.1, em que cinco objetos serão especializados em cinco unidades, no ano de 2022, quais sejam:

- GRA do Espírito Santo: especialização da aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletrônicos e mobiliário);
- GRA de Santa Catarina: especialização da contratação de manutenção de ar-condicionado;
- SRA da Bahia: especialização da contratação de telefonia;
- SRA do Rio de Janeiro: especialização da contratação de agenciamento de viagens;
- SRA de Minas Gerais: especialização da contratação de vigilância.

11.2 Deste modo, objetiva este ETP a cumprimento à determinação da Coordenação-Geral das unidades desconcentradas emanada no Ofício em epígrafe.

11.3 Considerando que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades, caracteriza-se como serviço de natureza continuada na qual está plenamente inserida no Relatório de Planejamento e Gerenciamento de Contratações da SRA/BA, e com Plano Operacional do Órgão.

11.4 A Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério só Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, dentre as quais pode-se destacar a elaboração de estudos técnicos preliminares como fito na demonstração da viabilidade ou não da contratação.

11.5 As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG, 2017).

11.6 A contratação dos serviços de telecomunicações de que trata o presente visa atender às atividades Institucionais, objetivando a comunicação interna e externa, realizada através de voz e dados, mantendo-a de forma contínua, segura, rápida e eficiente. A qualidade na prestação do serviço deve promover a celeridade operacional necessária às atividades desenvolvidas pelos órgãos a serem atendidos pela contratação em pauta, obtendo-se através do certame a proposta que atenda ao interesse público.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Segue abaixo tabela contendo os resultados a serem alcançados em termos de eficiência, eficácia e economicidade:

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Eficiência</b>    | Contratar STFC provido por infraestrutura estritamente necessária ao adequado fornecimento do serviço.  |
|                      | Permitir o controle e acompanhamento da evolução ou variação contratual, para ao final de cada execução proceder aos ajustes necessários para adequação dos preços e /ou pagamentos praticados. |
| <b>Eficácia</b>      | Prover continuidade ao serviço, evitando-se a descontinuidade a partir do encerramento do contrato.   |
|                      | Disponibilizar informações precisas e tempestivas para o gerenciamento de despesas telefônicas.   |
| <b>Economicidade</b> | Adequar a estimativa de tráfego telefônico a perfis de tráfego mais recentes utilizados pelas Unidades Descentralizadas do ME   |
|                      | Auferir preços mais baixos em relação aos contratos vigentes  |
| <b>Outros</b>        | Serviço de qualidade, incluindo disponibilidade.  |

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 A CONTRATADA deverá seguir os requisitos definidos nos Guias de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) - Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC e Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição - disponíveis em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067) sempre que aplicável.

13.2 No entanto, salienta-se que não foi identificado impacto ambiental. O serviço em contratação não é poluente e não prejudica o ambiente físico e social local.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os profissionais da CONTRATADA, que venham ocasionalmente a atuar nas dependências das Unidades descentralizadas do ME deverão trajar-se de maneira adequada ao ambiente de trabalho e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da CONTRATANTE e seus usuários.

14.2 A CONTRATADA deverá seguir os requisitos definidos nos Guias de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) - Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC e Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição - disponíveis em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067), sempre que aplicável.

14.3 No entanto, salienta-se que não foi identificado impacto ambiental. O serviço em contratação não é poluente e não prejudica o ambiente físico e social local.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME. Em cumprimento ao disposto no inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, e ao art. 14, II, do Decreto nº 10.024/2019 o presente documento segue assinado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, e pela autoridade competente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**DANIELE MOREIRA DE ANDRADE SANTOS**

Administradora

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**HELI JONES RIOS JUNIOR**

Administrador

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO**

Matrícula SIAPE nº 1056175

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**MAURO OLIVEIRA DA SILVA**

Matricula SIAPE nº 1192973

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**BRUNA CAVALCANTI GALLE**

Matricula SIAPE nº 2200423

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**FLÁVIA MARINHO GONÇALVES DE SOUZA**

Matricula SIAPE Nº 1860924

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**FRANCISCO EMANUEL DE SOUSA TORRES**

Matrícula SIAPE nº 1753221

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**DILVA NERY DE MATTOS TEIXEIRA**

Matrícula SIAPE nº 99369

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**ROSIANI DA CRUZ CARNEIRO RAK**

Matrícula SIAPE nº 1847981

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**DULCINEIA KAZMIERCZAK**

Matrícula SIAPE nº 2192405

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**VIVIAN STRYMPL VASCONCELOS**

Matricula SIAPE nº 2224368

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**GUIDO LEONARDO AZEVEDO MEDEIROS**

Matrícula SIAPE nº 1958608

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**ALBINO PIMENTEL DE PAIVA**

Matrícula SIAPE nº 2192443

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**GUSTAVO PUCCI SCHAUmann**

Matrícula SIAPE nº 249926

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**RAYANE FERREIRA BASTOS**

Matrícula SIAPE nº 1165354

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**CELINA CUNHA E SILVA**

Matrícula SIAPE nº 3277873

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**EWALTON MENDES BRANDÃO**

Matrícula SIAPE 0161107

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**JOSE ALFREDO FURST DE OLIVEIRA JUNIOR**

Matrícula SIAPE nº 0122999

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**JADEILSON DE SANTANA BEZERRA**

Matrícula SIAPE 1201775

Despacho: Portaria SGC-SRA-BA/ME Nº 6000, DE 05 DE julho DE 2022

**MARCELLUS MIRA BARBOSA**

Matrícula SIAPE 1014759





**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO SEI Nº 12600.100674/2022-47**

**MINUTA** DE TERMO DE CONTRATO DE  
..... Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E A EMPRESA .....

A **UNIÃO**, através da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos na Bahia, com sede na Avenida Jequitiaia, s/n, Comércio, na cidade de Salvador/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0006-56, neste ato representada pelo Sr. Railton Lopes dos Santos, Chefe da Divisão de Recursos Logísticos, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SPOA n.º 39, de 14 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 15/02/2017, em sequência designada CONTRATANTE e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 12600.100674/2022-47 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação do serviços continuados Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local nas modalidades fixo para fixo e fixo para móvel, LDN e LDI, incluso todos os serviços de instalação e configuração de links e assinatura de linhas diretas convencionais não residenciais com o serviço de comunicação de dados para acesso a internet(sob demanda), para atender de forma ampla às demandas de diversas Unidades Descentralizadas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

1.2. Objeto da contratação:

**Tabela 1 - Objeto**

| Grupo | Unidade | Item | Descrição/Especificação | CATSER | Unidade de medida | Quant. Mensal | Quant. Anual | Valor Mensal | Valor Anual |
|-------|---------|------|-------------------------|--------|-------------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |

| Grupo | Unidade | Item | Descrição/Especificação | CATSER | Unidade de medida | Quant. Mensal | Quant. Anual | Valor Mensal | Valor Anual |
|-------|---------|------|-------------------------|--------|-------------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |
|       |         |      |                         |        |                   |               |              |              |             |

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão (SEI nº xxxxxxxx), identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora (SEI nº xxxxxxxx), independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 01/01/2023 e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO EMPENHO DA DESPESA**

5.1. Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na(s) Nota(s) de Empenho(s) abaixo, correspondente(s) ao exercício em curso:

**Tabela 2 - Empenho**

| <b>Nº Empenho</b> | <b>Data</b> | <b>Valor (R\$)</b> | <b>Natureza de Despesa (ND)</b> |
|-------------------|-------------|--------------------|---------------------------------|
|                   |             |                    |                                 |
|                   |             |                    |                                 |

5.2. Se a vigência contratual estender-se para o exercício subsequente, será emitida nova nota de empenho.

5.3. O crédito orçamentário e o respectivo empenho para atender a parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados por meio de termos aditivos ou apostilamentos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I deste Contrato e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

7.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo I desta Contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo I deste Contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I deste Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I deste Contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ANEXOS**

- 18.1. Anexo I - Termo de Referência (SEI nº xxxxxx).
- 18.2. Anexo II - Proposta (SEI nº xxxxxx).

E, para certeza e validade do que foi pactuado, depois de lido e conferido juntamente com seus anexos, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes devidamente qualificadas no preâmbulo do presente instrumento.

Salvador/BA, xx de xxxxxxxx de 202x.

Documento assinado eletronicamente

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA CONTRATANTE

Documento assinado eletronicamente

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente

NOME DA TESTEMUNHA

Documento assinado eletronicamente

NOME DA TESTEMUNHA

---

**Referência:** Processo nº 12600.100674/2022-47.

SEI nº 34410553